

Uma economia europeia do bem-estar

Vias de ação política

ESTUDO E DEBATE



Instituto
José Tengarrinha



GREEN EUROPEAN FOUNDATION

Agradecimentos

O presente relatório é o resultado de uma Comunidade de Conhecimento de especialistas, organizada pela Green European Foundation em colaboração com o Instituto para uma Política Europeia do Ambiente. As nossas Comunidades de Conhecimento visam promover debates políticos e públicos em prol de uma Europa verde e socialmente justa, através da implementação de redes duradouras de produção, partilha e difusão de conhecimento.

Entre maio e novembro de 2024, as reuniões organizadas pela Comunidade de Conhecimento uniram os esforços de partes interessadas provenientes de instituições da UE, de grupos de reflexão, do meio académico e de organizações não-governamentais, com o propósito de fundamentar a elaboração desta publicação.

Os autores gostariam de manifestar um profundo agradecimento a todos os que participaram nestas reuniões da Comunidade de Conhecimento realizadas nos diversos agrupamentos temáticos do projeto. O vosso contributo foi extremamente valioso para o desenvolvimento do relatório, que tem por base as ideias e ações visionárias de todos vós. Gostaríamos igualmente de agradecer a Chiara Antonelli, Celia Fernández e Laurent Standaert pelo apoio prestado durante todo o processo de redação.

Autores: Emma Bergeling (IPEA), Antoine Oger (IPEA)
e Taube Van Melkebeke (GEF)

Revisão linguística: Matthew Jones

Design e apresentação: Klär.graphics

Março de 2025



O texto e as imagens desta publicação estão licenciados pela Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International (CC BY-SA 4.0). O acordo de licenciamento está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>. Para ler uma síntese (que não substitui o texto integral), consulte <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0>.

Uma economia europeia do bem-estar

Vias de ação política

Publicado pela Green European Foundation, em colaboração com o Instituto para uma Política Europeia do Ambiente e com o apoio financeiro do Parlamento Europeu à Green European Foundation. O Parlamento Europeu não é responsável pelo conteúdo desta publicação. As opiniões expressas são exclusivamente dos respetivos autores e colaboradores e não refletem necessariamente as posições do Parlamento Europeu ou da Green European Foundation.

O relatório pode ser descarregado a partir de www.gef.eu/ e www.ieep.eu



Green European Foundation

Rue du Kiem 96, 8030 Strassen, Luxemburgo
Escritório de Bruxelas: Mundo Madou, Avenue
des Arts 7-8, 1210 Bruxelas, Bélgica
info@gef.eu • www.gef.eu

A **Green European Foundation (GEF)** é uma fundação política europeia cuja missão consiste em contribuir para um espaço europeu de debate dinâmico e promover uma maior participação dos cidadãos na política europeia. A GEF esforça-se por integrar os debates sobre a estratégia política e as políticas europeias tanto no seio da família política dos Verdes como fora dela. A fundação atua como um laboratório de novas ideias e oferece educação política transfronteiriça e uma plataforma de cooperação e intercâmbio a nível europeu.



Instituto para uma Política Europeia do Ambiente

Rue Joseph II, 36-38, 1000 Bruxelas, Bélgica
brussels@ieep.eu • www.ieep.eu

O **Instituto para uma Política Europeia do Ambiente (IPEA)** é um grupo de reflexão dedicado à sustentabilidade. Em colaboração com partes interessadas das instituições da UE, de organismos internacionais, do meio académico, da sociedade civil e do setor industrial, a equipa de economistas, cientistas e juristas do IPEA produz investigação baseada em dados concretos e contributos para políticas públicas. O trabalho do IPEA abrange cinco domínios de investigação e contempla tanto questões políticas de curto prazo como estudos estratégicos de longo prazo. Enquanto organização sem fins lucrativos que conta com mais de 45 anos de experiência, o IPEA assume o compromisso de promover políticas de sustentabilidade orientadas para os resultados, tanto na UE como a nível mundial.

Índice

Introdução	6
Definições	11
1. Meios e fins de uma economia do bem-estar: Alinhamento com os limites planetários	12
2. Colocar a equidade e a justiça no centro: As três dimensões da justiça	19
3. Medir o que mais importa: Indicadores para uma economia do bem-estar	28
4. O poder da previsão: Modelização de políticas	37
5. Desafios globais, soluções globais: O impacto externo da UE	44
6. Transformar os principais agentes económicos: Finanças e empresas	53
Posfácio	60

Introdução

A relevância de uma economia do bem-estar, em 1992 e nos dias de hoje

O Tratado da União Europeia estabelece que «a União tem por objetivo promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos»¹. Estes valores incluem o respeito pela dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. São valores comuns aos Estados-Membros e são fundamentais para a prevalência do «pluralismo, da não discriminação, da tolerância, da justiça, da solidariedade e da igualdade entre homens e mulheres»². Estes valores estão profundamente associados ao respeito pelos limites planetários, uma vez que esta é a única forma de assegurar o bem-estar de um modo efetivo e sustentável.

Promover «a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos» implica hoje ações diferentes das que foram empreendidas em 1992, aquando da assinatura do Tratado. Ao longo dos últimos 30 anos, a UE registou progressos significativos em vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³. Mais recentemente, foram dados passos concretos no sentido de uma transição verde e justa, nomeadamente através do Pacto

Ecológico Europeu (PEE) e da legislação que lhe está associada. No entanto, persistem contradições entre os objetivos, ao mesmo tempo que as conclusões sobre os limites planetários continuam a demonstrar uma violação perigosa de seis dos nove limites identificados⁴, comprometendo os objetivos do Tratado acima enunciados.

Entretanto, a Europa encontra-se num momento decisivo, marcado por turbulência geopolítica, guerra, crises energéticas e eventos inesperados que alteraram a sua posição no mundo. Perante esta nova realidade, o investimento deixa de ser apenas necessário para se tornar uma questão existencial. Contudo, o tipo de investimento de que a Europa necessita não passa por um regresso a antigos modelos de apropriação de recursos ou de rivalidades geopolíticas estéreis. Em vez de manter o foco no crescimento do produto interno bruto (PIB) e numa agenda de competitividade estritamente definida, temos a oportunidade de construir uma alternativa assente no conceito de economia do bem-estar.

Não se trata apenas de uma proposta para idealistas ou para eleitores ambientalistas em tempos de prosperidade. É uma alternativa

realista e pragmática, que reconhece a necessidade de prosperidade, não no sentido limitado do PIB, mas através de um modelo que valoriza o bem-estar, a sustentabilidade e a resiliência. A vantagem competitiva da Europa não deve ser medida apenas pelo seu desempenho económico, mas pela sua capacidade de oferecer um futuro melhor, mais seguro e mais sustentável aos seus cidadãos, tendo igualmente em conta os impactos externos.

O ponto de partida da UE

O nosso principal ponto de partida é o Oitavo Programa de Ação da UE em matéria de Ambiente (PAA), que estabelece metas orientadoras da política ambiental com vista a alcançar, o mais tardar até 2050, o objetivo de longo prazo de viver bem dentro dos limites planetários. No balanço mais recente relativo aos objetivos do Oitavo PAA, a Agência Europeia do Ambiente (AEA) avaliou as perspetivas de cumprimento das principais metas até 2030. Dos 28 objetivos, concluiu que é *muito provável* que a UE alcance 5 objetivos, *provável, mas incerto*, que alcance 3 objetivos, *improvável, mas incerto*, que alcance 15 objetivos e *muito improvável* que alcance 5 objetivos. Entre os objetivos cujo cumprimento é muito provável encontram-se o aumento daecoinovação, o aumento da quota de emprego verde, a redução de mortes prematuras causadas pela poluição atmosférica e o aumento do investimento no domínio da proteção ambiental. Entre os objetivos considerados muito improváveis contam-se o aumento do armazenamento de carbono através de atividades relacionadas com o uso do solo, com a alteração do uso do solo e com as florestas, a redução do consumo de energia, a expansão da agricultura biológica, a duplicação da taxa de utilização circular de materiais e a redução da pegada de consumo⁵. Também se considera que seja improvável alcançar os indicadores associados à biodiversidade e aos ecossistemas.

Este balanço mostra claramente a necessidade de prosseguir e intensificar os esforços e a AEA conclui que

a dimensão e a rapidez das mudanças necessárias para atingir as metas não devem ser ignoradas: vários indicadores apontam para a necessidade de acelerar o ritmo entre duas a nove vezes até 2030, em comparação com o ritmo dos últimos 10 anos⁶.

Esta constatação é igualmente válida para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Embora as emissões líquidas de GEE da UE tenham diminuído 37 % em comparação com os níveis de 1990⁷, é necessária uma taxa anual de redução três vezes superior à da última década para cumprir as metas de 2030, o que pode não ser suficientemente ambicioso para cumprir os critérios da climatologia e do princípio da precaução⁸. Quando analisamos a pegada de consumo da UE, independentemente de os bens serem produzidos dentro ou fora do seu território, o cenário é ainda mais preocupante: foi registado um aumento de 4 % na última década^{9,10}. Verifica-se um claro excedente em vários limites planetários, incluindo um excedente de oito vezes o limite relativo às alterações climáticas¹¹. Outras fontes estimam um excedente médio de 1 245 % nas alterações climáticas, de 512 % nos fluxos bioquímicos e de 70 % no limite de perda de biodiversidade¹².

Embora se reconheçam os progressos alcançados na redução das emissões territoriais e os esforços envidados nos últimos anos, é necessário acelerar significativamente o ritmo e a escala da ação destinada a recolocar a economia europeia e mundial dentro dos limites planetários de forma equitativa. E isto deve ocorrer num mundo em rápida transformação e pautado por desafios adicionais.

A UE enfrenta atualmente diversos desafios existenciais, que incluem uma guerra em curso no continente decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia, o aumento do custo

de vida e da desigualdade da distribuição da riqueza, bem como as incertezas geopolíticas personificadas pela recente reeleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Estes fatores criam um terreno fértil para a desinformação, o medo e a polarização, que, em conjunto, dificultam a nossa capacidade de promover mudanças no ritmo e na escala necessárias para enfrentar a tripla crise planetária; as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição.

Ao mesmo tempo, não só a população europeia e mundial apoia de forma esmagadora uma maior ação climática¹³, como também os inovadores empresariais europeus estão preparados para agir¹⁴. Os decisores políticos da UE devem, portanto, ser prudentes ao aceitar uma narrativa de reação contra as medidas ecológicas e, em vez disso, manter o foco nas múltiplas dimensões sociais, económicas e ambientais da transição.

A harmonização das estruturas de incentivo à transição verde com o objetivo do bem-estar partilhado dentro dos limites planetários constitui uma oportunidade política fundamental. Há múltiplos caminhos possíveis para que a UE e o mundo evoluam neste sentido, mas nenhum deles passa por manter o modelo de negócio tradicional. Citando Buckminster Fuller: «Nunca se mudam as coisas lutando contra a realidade existente. Para mudar algo, é preciso construir um novo modelo que torne o modelo existente obsoleto.»¹⁵.

Caracterização das áreas de uma economia do bem-estar

Esta publicação resulta do trabalho de uma comunidade de conhecimento composta por especialistas que se dedicam a estes desafios e que pretendem apoiar a Comissão Europeia e outros decisores na concretização da sua ambição de «trabalhar para a criação de *um quadro integrado para o bem-estar*»¹⁶. Começámos por identificar temas no domínio da economia do bem-estar de forma a

fundamentar a análise apresentada nos capítulos temáticos interligados.

Os dois primeiros capítulos do presente relatório incidem nos objetivos fundamentais de uma economia do bem-estar. O capítulo 1 explica tanto a importância fundamental de situar a economia dentro dos limites planetários como os meios e os fins de uma economia do bem-estar, adotando uma abordagem agnóstica relativamente ao crescimento do PIB. O capítulo 2 analisa a equidade e a transição justa como alavancas para o bem-estar no contexto das políticas da UE. Os capítulos 3 e 4 centram-se no papel dos indicadores mais pertinentes e da modelação das políticas na implementação do novo paradigma económico de uma economia do bem-estar na UE. O capítulo 5 analisa os inevitáveis elementos globais associados ao respeito pelos limites planetários. Por fim, o capítulo 6 analisa as vias para a transformação dos principais agentes económicos.



Notas finais

- 1 União Europeia. (2012). *Jornal Oficial da União Europeia*. Retirado da versão consolidada do Tratado da União Europeia: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2bf140bf-a3f8-4ab2-b506-fd71826e6da6.0023.02/doc_1&format=pdf
- 2 União Europeia. (2012). *Jornal Oficial da União Europeia*. Retirado da versão consolidada do Tratado da União Europeia: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2bf140bf-a3f8-4ab2-b506-fd71826e6da6.0023.02/doc_1&format=pdf
- 3 Eurostat. (2024). Sustainable development in the European Union - Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context 2024 edition. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 4 Richardson *et al.* (2023). Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Science Advances*.
- 5 Agência Europeia do Ambiente. (2023). European Union 8th Environment Action Programme - Monitoring report on progress towards the 8th EAP objectives 2023 edition. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 6 Agência Europeia do Ambiente. (2023). European Union 8th Environment Action Programme - Monitoring report on progress towards the 8th EAP objectives 2023 edition. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 7 Agência Europeia do Ambiente. (2023). European Union 8th Environment Action Programme - Monitoring report on progress towards the 8th EAP objectives 2023 edition. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 8 Comissão Europeia. (2024). Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a reapreciação intercalar do Oitavo Programa de Ação em matéria de Ambiente. Bruxelas. e Climate Analytics (2025), «EU 2030 target not yet in line with 1.5°C».
- 9 Comissão Europeia. (2024). Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a reapreciação intercalar do Oitavo Programa de Ação em matéria de Ambiente. Bruxelas.
- 10 Agência Europeia do Ambiente. (2023). European Union 8th Environment Action Programme - Monitoring report on progress towards the 8th EAP objectives 2023 edition. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 11 Agência Europeia do Ambiente. (2023). European Union 8th Environment Action Programme - Monitoring report on progress towards the 8th EAP objectives 2023 edition. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

- 12 Gómez-Alvarez Díaz, M. R., Pérez León, V. E., & Fuentes Saguar, P. (2024). How close are European countries to the doughnut-shaped safe and just space? Evidence from 26 EU countries. *Ecological Economics*.
- 13 Andre, P., Boneva, T., Chopra, F. *et al.* Globally representative evidence on the actual and perceived support for climate action. *Nat. Clim. Chang.* 14, 253–259 (2024).
<https://doi.org/10.1038/s41558-024-01925-3>
- 14 Cambridge Institute for Sustainable Leadership (2024, 21 March) Business and Investors call on the EU to Set a Greenhouse Gas Emissions Reduction Target of at least 90% by 2040.
<https://www.corporateleadersgroup.com/news/business-and-investors-call-eu-set-greenhouse-gas-emissions-reduction-target-least-90-2040>
- 15 Citado de Raworth, K. (2017). *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. Londres: Random House Business Books, página 10
- 16 Comissão Europeia. (2022). COM(2022) 357 final sobre o regime de acompanhamento do 8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente: Medir os progressos realizados para alcançar os objetivos prioritários do programa para 2030 e 2050. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

Definições

O presente relatório adota a seguinte definição de **economia do bem-estar**:

A expressão «economia do bem-estar» é utilizada para designar vários conceitos associados à mudança do sistema económico que dizem respeito à finalidade e à conceção da economia em consonância com o que as pessoas e o planeta necessitam¹.

Esta definição bastante abrangente foi escolhida intencionalmente, uma vez que a «economia do bem-estar» é uma de várias correntes e movimentos mundiais interligados que promovem a mudança dos sistemas económicos em favor das pessoas e do planeta. Essas correntes e movimentos incluem, nomeadamente, a economia Doughnut (economia do donóte), a economia pós-crescimento, a economia ecológica e a economia regenerativa.

Entende-se por mudança de sistema

«uma forma de mudança fundamental, transformadora e transversal que implica importantes mudanças e uma reorientação dos objetivos sistémicos, dos incentivos, das tecnologias, das práticas e das normas sociais, bem como dos sistemas de conhecimento e das abordagens de governação»².

Entende-se por bem-estar a capacidade de todas as pessoas prosperarem e desfrutarem de uma boa qualidade de vida em harmonia com o ambiente natural. O conceito engloba três esferas que estão interligadas: o bem-estar pessoal (por exemplo, satisfação com a vida, bem-estar subjetivo, saúde e bem-estar), o bem-estar comunitário (por exemplo,

capital social, coesão social) e o bem-estar social (progresso social, desigualdades, gerações atuais e futuras)³. Outra forma de representar a dimensão social é através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável internacionalmente acordados e adotados no quadro social da economia Doughnut.

O produto interno bruto (PIB) mede a dimensão de uma economia como a soma das utilizações finais de bens e serviços (todas as utilizações, exceto o consumo intermédio), calculada segundo os preços de aquisição, menos o valor das importações de bens e serviços⁴.



Notas finais

- 1 Trebeck, K. (2024). Getting wellbeing economy ideas on the policy table: theory, reality, pushback and next steps. Earth4All.
- 2 Jornal Oficial da União Europeia. (2022). Programa Geral de Ação da União para 2030 em matéria de Ambiente.
- 3 European Commission. (2022). COM(2022) 357 final on the monitoring framework for the 8th Environment Action Programme: Measuring progress towards the attainment of the Programme's 2030 and 2050 priority objectives. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- 4 Eurostat. (9 de agosto de 2023). Glossário: Produto interno bruto (PIB). Retirado de Eurostat Statistics Explained: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Gross_domestic_product_\(GDP\)](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Gross_domestic_product_(GDP))

Meios e fins de uma economia do bem-estar

Alinhamento com os
limites planetários

1

Ainda há tempo para atenuar os impactos mais graves dos excedentes dos limites planetários, mas a janela de oportunidade está a fechar-se rapidamente. O mais recente relatório das Nações Unidas sobre o desfasamento em termos de emissões reiterou o sério alerta para o facto de as emissões mundiais de gases com efeito de estufa (GEE) terem atingido um nível recorde em 2023 e que, se não for reforçado o nível de ambição das metas, o mundo caminha para um aumento catastrófico da temperatura desastroso de 2,6 a 3,1 graus¹. Esta perspetiva expõe a população mundial e da UE a riscos como calor extremo, precipitação extrema e inundações, secas graves e prolongadas, bem como dificuldades decorrentes da perda de biodiversidade e de serviços ecossistémicos².

O Pacto Ecológico Europeu (PEE) e a sua legislação relativa à transição verde constituíram um passo significativo na luta contra este cenário devastador. No entanto, tanto o PEE como o atual debate no âmbito do novo ciclo legislativo³ da UE ainda apresentam o crescimento do produto interno bruto (PIB) como um objetivo fundamental, o que suscita dúvidas sobre a sua coerência face aos limites planetários e à capacidade real de colocar a nossa economia dentro desses limites. Estas preocupações são centrais na abordagem do Novo Pensamento Económico, que questiona o «crescimento de *quê*, *porque* e *para quem*», bem como «quem paga o *custo*, quanto tempo pode o crescimento *durar*, qual o custo para o *planeta* e quanto é *suficiente*?»³.

■ Conforme demonstrado pelo domínio das narrativas sobre o reforço da competitividade da economia da UE, promovidas em publicações influentes como, por exemplo, o relatório Draghi.

Com efeito, estas questões abrem o debate sobre de que forma uma economia futura poderá ser mais inteligente e sustentável. O nosso conhecimento sobre as causas e os impactos atuais e previstos das crises exige uma mudança na forma como pensamos o futuro; a economia futura dependerá largamente da sua capacidade de inovar, de ser circular e sustentável e de estar alinhada com os limites planetários. A incapacidade de adotar estas novas práticas resultará, em última análise, na perda de oportunidades tanto para o mundo empresarial como para a sociedade, impondo ao planeta custos irreversíveis. Reconfigurar os nossos sistemas económicos e estabelecer uma distinção entre os seus meios e fins não é uma teoria política irrealista, mas uma necessidade para o bem-estar das gerações atuais e futuras. Para pôr em prática esta política, é fundamental encarar o bem-estar não como uma questão secundária, mas como o objetivo principal, assegurando que as pessoas e o planeta prosperam dentro de limites sustentáveis.

Nas secções seguintes, aprofundamos estas considerações antes de sugerir possíveis vias políticas suscetíveis de promover a mudança.

Situação atual

Compreender os meios e os fins

A abordagem das interligações entre a economia do bem-estar e o crescimento económico é fundamental para distinguir os meios dos fins nos nossos sistemas económicos. A questão de saber se o crescimento contínuo do PIB é viável, desejável e compatível com os limites

planetários nas economias de elevado rendimento é objeto de intenso debate⁴. Enquanto alguns destacam que, atualmente, não existe prova de uma dissociação suficientemente rápida, equitativa e compatível com o Acordo de Paris entre as pressões ambientais e o PIB^{5,6}, outros salientam que ainda não foram implementadas as políticas necessárias, o que torna os dados históricos um instrumento pouco fiável para prever o futuro⁷.

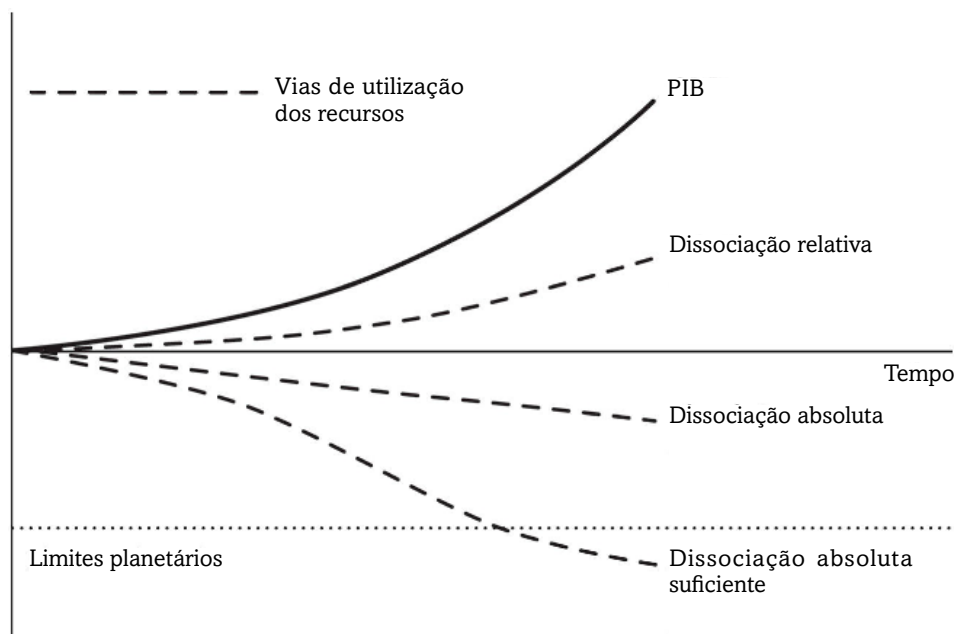
É importante notar que qualquer afirmação sobre a dissociação deve ser entendida em função do facto de ser considerada *relativa* (evolui em paralelamente ao PIB, mas a um ritmo mais lento), *absoluta* (move-se num sentido diferente do PIB, mas a um ritmo e a uma escala insuficientes) ou *suficientemente absoluta* (evolui num sentido diferente do PIB a um ritmo e a uma escala suficientes para

regressar aos limites planetários), conforme ilustrado na **Figura 1**. Apenas esta última situação é compatível com os sistemas terrestres resilientes que sustentam uma economia do bem-estar⁸.

Além disso, existe um aspeto em que a utilidade marginal do crescimento adicional do PIB é inferior à desutilidade marginal. O aumento da produção e do consumo passa de rentável a *não* rentável quando as desvantagens (por exemplo, sob a forma de perda de tempo livre e esgotamento de recursos) superam as vantagens⁹.

É também importante reconhecer que existe uma diferença entre crescimento setorial e crescimento agregado. Com efeito, o crescimento em determinados setores, como o das energias renováveis, contribui geralmente para o bem-estar dentro dos

Figura 1: Dissociação relativa, absoluta e absoluta suficiente entre o PIB e as vias de utilização dos recursos.



Fonte: Raworth, K. (2017). Doughnut Economics: seven ways to think like a 21st century economist. Londres: Penguin Random House

limites planetários, ao passo que o crescimento do PIB decorrente do setor do petróleo e do gás tem um contributo negativo significativo, prejudicando o bem-estar das gerações atuais e futuras.

Embora este seja um debate complexo, pautado por sutilezas e considerações técnicas, existe consenso relativamente à mensagem principal. Retomando a ideia de que é necessário acelerar o ritmo e os esforços de transformação, exposta na introdução, é seguro afirmar que o crescimento infinito do PIB na sua forma atual, seja ele denominado «verde» ou não, tem poucas hipóteses de se alinhar com os limites planetários, o que ameaça os princípios de uma economia do bem-estar. Determinados tipos de crescimento do PIB podem ser entendidos como meios para atingir um fim, mas o crescimento agregado do PIB não deve ser prosseguido como um fim em si mesmo. A nossa posição é bastante clara, e ninguém a expressa melhor do que Kate Raworth:

Temos uma economia que precisa de crescer, independentemente de nos trazer prosperidade ou não. Precisamos de uma economia que nos faça prosperar, independentemente de crescer ou não¹⁰.

A complexidade do problema, em conjunto com os aspetos restritivos dos nossos atuais sistemas socioeconómicos, torna a implementação de mudanças substanciais particularmente desafiante. Assim, importa ter em conta um conjunto de questões fundamentais, nomeadamente: como criar uma economia que, a longo prazo, deixe de depender estruturalmente do crescimento do PIB, ao mesmo tempo que se controlam os efeitos socialmente disruptivos? Que políticas podem dissociar a segurança económica e o emprego de uma compreensão linear do crescimento do PIB? E de que forma podemos combater a dependência do financiamento do bem-estar em relação ao crescimento do PIB¹¹?

Contexto político da UE

O atual contexto político ao nível da UE não é o mais propício ao pensamento sistémico e à mudança transformadora. Pelo contrário, os resultados das eleições europeias de junho de 2024 e a ascensão das forças conservadoras em muitos dos Estados-Membros da UE parecem ser mais favoráveis ao enfraquecimento do PEE em nome da produtividade, do crescimento económico e de uma interpretação conservadora da competitividade do que ao reforço das considerações ambientais. A recente contestação em torno do Regulamento Desflorestação da UE, o possível recuo na proibição de veículos com motor de combustão interna na UE ou a reabertura, através de um procedimento *omnibus*, das legislações emblemáticas do PEE destinadas à promoção de critérios ambientais, sociais e de governação (ASG) nas operações das empresas privadas [ou seja, a Diretiva Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD), a Diretiva Dever de Diligência das Empresas em matéria de Sustentabilidade (DDDES) e o Regulamento Taxonomia] parecem refletir uma tendência semelhante.

No entanto, em conjunto com grupos de reflexão, o meio académico e decisores políticos progressistas, uma parte significativa das empresas privadas opõe-se a tal enfraquecimento das legislações em matéria de sustentabilidade, uma vez que este dificulta a clareza de que o setor privado necessita para tomar decisões de investimento de longo prazo^{12,13}. Além disso, os cidadãos, tanto a nível europeu como mundial, manifestam um apoio inequívoco às medidas necessárias e exigem maior empenho por parte dos responsáveis políticos. Afirmar claramente que o bem-estar das pessoas é o objetivo final das políticas europeias reforçaria ainda mais esse apoio. «Dissociar» as considerações relativas ao bem-estar e ao crescimento do PIB na elaboração das políticas da UE permitiria não só colocar os limites planetários em perspetiva como também ofereceria oportunidades políticas significativas.

Recomendações

Em vez de introduzir incerteza para o setor empresarial e dificultar ainda mais a nossa capacidade de alcançar objetivos ambientais de forma equitativa, os decisores políticos da UE deveriam envidar esforços no sentido de alinhar o discurso sobre a competitividade com conceitos como inovação, economia circular e utilização sustentável de recursos dentro dos limites planetários, a fim de promover a transição para uma economia do bem-estar.

O projeto Horizon MERGE da UE, por exemplo, sugere definir produtividade como a utilização eficiente e eficaz de recursos económicos, humanos e naturais para o fornecimento de bens e a prestação de serviços necessários ao bem-estar sustentável e inclusivo e à expansão das capacidades humanas,¹⁴ o que oferece um ponto de partida útil.

A própria Comissão Europeia já realizou uma parte significativa do trabalho ao reconhecer a natureza insustentável do nosso nível atual de utilização de recursos. O quadro de controlo da economia circular (CEMF)¹⁵, por exemplo, apresenta diversos indicadores pertinentes, incluindo dois indicadores gerais relativos à pegada material e à pegada de consumo (juntamente com a produtividade dos recursos, a contratação pública ecológica, a produção e gestão de resíduos, bem como o investimento privado, o emprego e o valor acrescentado bruto associados aos setores da economia circular). Paralelamente à orientação dos debates europeus em torno de conceitos fundamentais, é necessária uma conjugação entre a aplicação efetiva da legislação em vigor e a promoção de novas iniciativas.

Durante o último mandato, foi aprovada legislação promissora no domínio da economia circular e da utilização de recursos que terá agora de ser plenamente implementada¹⁶. A aplicação dos atos delegados no âmbito do Regulamento Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis (ESPR), por exemplo, incluindo os requisitos de durabilidade,

reparabilidade e pegada ambiental, tem o potencial de reduzir o nosso consumo de recursos. Mas não podemos ficar por aqui. É necessário e possível intensificar os esforços no sentido de restabelecer o equilíbrio entre os meios e os fins da economia europeia.

Um ponto de partida determinante é a principal bandeira política da Comissão Europeia para 2024-2029: o Pacto da Indústria Limpa e os seus pilares temáticos. Este quadro de referência para o rumo económico da UE com vista à descarbonização industrial constitui uma oportunidade essencial, ou um risco, para a definição da agenda. Os debates sobre os meios e os fins devem ser conduzidos e colocados no centro desta iniciativa estratégica de alto nível.

Uma das áreas temáticas do Pacto da Indústria Limpa é representada pelo ato legislativo sobre economia circular, que foi anunciado para o último trimestre de 2026. Trata-se de um dossiê que oferece um potencial notável para fomentar a transição para uma economia do bem-estar dentro dos limites planetários¹⁷. Mas os sinais recentemente enviados pela Comissão são preocupantes, uma vez que sugerem que o ato legislativo se centrará apenas em considerações a jusante, através de critérios de atribuição do fim do estatuto de resíduo, regimes harmonizados de responsabilidade alargada do produtor (RAP) ou recolha de materiais para uso secundário. Todos estes aspetos são, como é evidente, importantes. No entanto, limitar o ato legislativo desta forma enfraquecerá o seu potencial transformador e constituirá uma clara oportunidade perdida de introduzir uma meta global em matéria de recursos materiais (com base nos indicadores do CEMF acima referidos) que abranja a totalidade da nossa pegada de consumo insustentável, a fim de complementar as legislações temáticas ou específicas de determinados produtos propostas no âmbito do PEE¹⁸. As vozes progressistas e verdes devem ter este aspeto em consideração e reforçar a ambição e o potencial desta iniciativa fundamental.

Notas finais

- 1 Programa das Nações Unidas para o Ambiente. (2024). Emissions Gap Report 2024: No more hot air... please! With a massive gap between rhetoric and reality, countries draft new climate commitments. Nairobi.
 - 2 Agência Europeia do Ambiente. (2024). Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
 - 3 Meadows, D. (18 de março de 1999). YouTube. Retirado da Palestra de Dana (Donella) Meadows: Sustainable Systems: <https://www.youtube.com/watch?v=HMmChILZZHg>
 - 4 Consultar, por exemplo, Oxford School of Geography and the Environment (2022) How to Save the Planet: Degrowth vs Green Growth? <https://www.smithschool.ox.ac.uk/event/how-save-planet-degrowth-vs-green-growth>
- e Van den Bergh, J. (2023). Climate policy versus growth concerns: Suggestions for economic research and communication. *Journal of Behavioural and Experimental Economics*.
- 5 Vadén, T., Lähde, V., Majava, A., Järvensivu, P., Toivanen, T., Hakala, E., & Eronen, J. (2020). Decoupling for ecological sustainability: A categorisation and review of research literature. *Environmental Science and Policy*, 236-244.
 - 6 Vogel, J., & Hickel, J. (2023). Is green growth happening? An empirical analysis of achieved versus Paris-compliant CO₂-GDP decoupling in high-income countries. *Lancet Planet Health*, 759-769.
 - 7 van den Bergh, J. (2023). Climate policy versus growth concerns: Suggestions for economic research and communication. *Journal of Behavioural and Experimental Economics*.
 - 8 Dhakal, S., Minx, J. K., & Toth, F. (2022). «Emission Trends and Drivers», in *Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change, Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press.
 - 9 Daly, H. E. (2005). Economics in a full world. *Scientific American*.
 - 10 Raworth, K. (2017). *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. Londres: Random House Business Books.
 - 11 Hayden, A. (2024). Buzzword or breakthrough beyond growth? The mainstreaming of the Wellbeing Economy. *Ecological Economics*.
 - 12 CISL (2024). Climate action will continue because it makes business sense. <https://www.edie.net/cisl-at-cop29-climate-action-will-continue-because-it-makes-business-sense/>
 - 13 Corporate Leaders Groups (2024). Businesses want clear and consistent climate messaging from government. <https://www.corporateleadersgroup.com/news/blog-businesses-want-clear-and-consistent-climate-messaging-government>

- 14 MERGE (2024). Productivity for what? Why sustainable and inclusive wellbeing must take center stage in Europe.
<https://mergeproject.eu/productivity-for-what/>
- 15 Disponível em:
<https://ec.europa.eu/eurostat/web/circular-economy/monitoring-framework>
- 16 IPCC, Shukla et al. (2022). Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press.
- 17 Von der Leyen, U. (2024). As Escolhas da Europa - Orientações políticas para a próxima Comissão Europeia 2024-2029 Estrasburgo.
- 18 van der Ven, C., Watkins, E., & Bondi, A. (2023). The missing piece of the EU Green Deal: The case for an EU resources law. OVAM, elaborado pela TULIP Consulting e pelo Instituto para uma Política Europeia do Ambiente (IPEA).

Colocar a equidade e a justiça no centro

As três dimensões da justiça

2

Em última análise, a transição para uma economia que respeite os limites planetários terá efeitos positivos na igualdade e na justiça. Os agregados familiares, os grupos populacionais e as regiões mais vulneráveis são desproporcionalmente afetados pelas alterações climáticas e pela degradação ambiental, apesar de serem os que menos contribuem para as mesmas.

No entanto, a dimensão da transição será disruptiva, sobretudo a curto prazo. Como salientado pelo IPCC¹, a atenuação das alterações climáticas exige uma ação sem precedentes por parte de todos os setores da sociedade, que, inevitavelmente, afetará a distribuição da riqueza, das oportunidades e dos privilégios entre os diferentes grupos sociais². As transições implicam compromissos que podem ter consequências imprevistas, afetando de forma desproporcionada os territórios e os grupos sociais vulneráveis, o que, por sua vez, pode agravar as desigualdades existentes e gerar resistência à mudança. Na verdade, é pouco provável que as políticas climáticas e ambientais consigam apoio se não tiverem em conta, de forma adequada, uma repartição equitativa dos encargos e benefícios. Assim, os aspetos relacionados com a equidade são, para além da sua importância ética, fundamentais para o sucesso de uma transição para uma economia e uma sociedade sustentáveis. A economia do bem-estar reúne estes conceitos e inclui simultaneamente os limites planetários, a equidade e a justiça. Neste capítulo, descrevemos de que forma tal poderá materializar-se na prática no contexto da UE.

Situação atual

A Comissão Europeia reconhece a forte correlação entre a justiça social e os limites planetários. No seu relatório de prospetiva estratégica de 2023, identifica as «rugas crescentes na coesão social» e as «ameaças à democracia e ao contrato social existente» como dois dos seis principais desafios para a transição da UE para a sustentabilidade. O relatório salienta que o agravamento da desigualdade na distribuição da riqueza alimenta a polarização política e conclui que «o facto de não se abordar a saúde das democracias europeias comprometerá tanto a implementação de políticas sustentáveis como a própria transição»³. Em consequência, as instituições têm elaborado políticas destinadas a responder a estes desafios. No entanto, os dados mostram que ainda existe muita margem para melhorias: 81 % dos europeus consideram que as disparidades de rendimento são excessivas, e a necessidade de uma maior solidariedade intergeracional é demonstrada pelo facto de 90 % dos jovens europeus concordarem que medidas mais robustas em matéria de alterações climáticas melhorariam o seu bem-estar e saúde⁴.

Para explorar o conceito de justiça social de forma mais detalhada, é fundamental considerar três dimensões, nomeadamente:

- Justiça distributiva
- Justiça processual
- Justiça de reconhecimento

A justiça distributiva diz respeito à forma como os impactos positivos e negativos das decisões são distribuídos, a justiça processual analisa

os procedimentos de governação e o nível de inclusão na tomada de decisões, e a justiça de reconhecimento visa o reconhecimento e o respeito pelas disposições de governação preexistentes, bem como pelos direitos, visões de mundo, conhecimentos, necessidades, meios de subsistência, histórias e culturas distintos dos diferentes grupos nas decisões⁵. Em última análise, as políticas de justiça social mais eficazes são aquelas que atuam simultaneamente nas três dimensões, o que demonstra a necessidade de uma abordagem a vários níveis e abrangente da equidade e da justiça.

Uma das iniciativas promissoras da UE no que se refere às três dimensões da justiça social e, nesse sentido, à transição para uma economia do bem-estar centrada na equidade, é o seu quadro estratégico mais amplo de transição justa. A transição justa é um tema central do Pacto Ecológico da UE, e o Oitavo Programa de Ação em matéria de Ambiente (PAA) prevê que «a transição ecológica deve ser alcançada de forma justa e inclusiva, contribuindo ao mesmo tempo para a redução das desigualdades»⁶. Nos últimos anos, foram realizados progressos na criação de um quadro da UE para uma transição justa, por exemplo, com a inclusão do Mecanismo para uma Transição Justa, do Fundo Social em matéria de Clima e de políticas associadas à requalificação e melhoria das competências das pessoas. Estas iniciativas visam a reduzir as desigualdades,⁷ mas, do ponto de vista de cada uma das três dimensões, são insuficientes para enfrentar os desafios em causa.

No que se refere à **justiça distributiva**, o Observatório Social Europeu, por exemplo, identifica lacunas no quadro da UE para uma transição justa relacionadas com (entre outros aspetos não distributivos) o âmbito de aplicação, a inclusão e a coerência, a exaustividade e a integração e o financiamento⁸. Na publicação anterior da Green European Foundation, «Boosting Participation in the Energy Transition», é igualmente sublinhado

que o atual quadro carece de coordenação entre as políticas relacionadas com a transição justa, de financiamento suficiente e de segurança regulamentar dos quadros jurídicos vinculativos⁹.

Estas questões na conceção da abordagem da UE para garantir uma transição justa, associadas sobretudo ao âmbito de aplicação, à dimensão e à integração com outros domínios políticos, impedem uma distribuição equitativa dos benefícios e dos encargos. Por exemplo: o financiamento insuficiente no âmbito do Mecanismo para uma Transição Justa fez com que apenas uma fração das regiões e dos trabalhadores mais afetados beneficiasse de apoio na sua transição profissional; a falta de coerência das políticas em matéria de mobilidade limpa fez com que o apoio não chegasse às pessoas que dele mais necessitavam, uma vez que os subsídios para a aquisição de veículos elétricos foram concentrados em agregados familiares de classe média-alta ou mais ricos; e a ausência de legislação vinculativa impediu que a abrangente «Recomendação do Conselho que visa assegurar uma transição justa para a neutralidade climática» conseguisse atingir mais do que uma pequena parte do seu potencial redistributivo.

No domínio da **justiça processual**, os povos indígenas como, por exemplo, os Sami, apontam lacunas. Na sua avaliação do Pacto Ecológico Europeu, o Conselho Sami destaca, entre outros aspetos, a necessidade de atualizar os métodos de consulta e de melhorar a exaustividade da avaliação do impacto das políticas da UE sobre o modo de vida e a cultura dos Sami¹⁰.

Uma questão central em matéria de justiça processual, tanto no quadro da transição justa como também de uma forma mais ampla no que diz respeito às políticas da UE, é a falta de envolvimento das organizações da sociedade civil, incluindo nos mecanismos nacionais de informação, como os planos de transição justa.

Esta situação acontece apesar de as diretrizes políticas da Comissão Europeia definirem como objetivo consolidar a participação cidadã em toda a UE. O cumprimento deste objetivo torna-se necessário para responder às críticas recorrentes sobre o défice democrático da UE¹¹.

É possível retirar muitos exemplos e ensinamentos de iniciativas anteriores e atuais lançadas em alguns Estados-Membros, por exemplo, a França. Neste contexto, é importante que os resultados da participação sejam integrados nas instituições a que dizem respeito¹². Tal poderá revelar-se um problema ao nível da UE, uma vez que os mecanismos participativos existentes, como o direito de petição, o pedido de acesso a documentos, a apresentação de queixas junto da Comissão Europeia e do Provedor de Justiça Europeu ou a Iniciativa de Cidadania Europeia, são considerados pelos especialistas da nossa Comunidade de Conhecimento como apresentando várias deficiências em termos de acessibilidade, capacidade de resposta e eficácia. Um aspeto fundamental de qualquer estratégia abrangente que vise integrar uma economia do bem-estar ao nível da UE passa, neste sentido, por uma reflexão sobre formas inovadoras de participação dos cidadãos, provavelmente assentes nos diversos sistemas de governação e nas oportunidades oferecidas nos diferentes Estados-Membros.

Do ponto de vista de uma **justiça de reconhecimento**, as lacunas acima descritas associam-se a uma questão mais ampla relativa às políticas da UE que visam garantir uma transição justa. Determinados aspetos sociais, nomeadamente o emprego, as competências e o rendimento disponível, são muito mais importantes do que outros. Embora estes sejam importantes, é fundamental, tendo em conta as necessidades de transformação, aprofundar a compreensão e a reflexão sobre as desigualdades e vulnerabilidades interseccionais na transição climática (por exemplo, raça, género, sexualidade, deficiência,

riqueza, zonas rurais/urbanas), bem como sobre as sinergias e os compromissos entre as políticas sociais e ambientais. Tal é sublinhado pelo Conselho Consultivo Científico Europeu quando afirma que:

As políticas climáticas da UE devem ser acompanhadas de avaliações mais sistemáticas, «ex ante» e «ex post», dos seus impactos distributivos e socioeconómicos mais amplos em contextos específicos. Os benefícios conexos das medidas de atenuação das alterações climáticas, incluindo a saúde, o bem-estar e a resiliência climática, assim como as soluções de compromisso, devem ser devidamente considerados e melhor integrados na elaboração de políticas da UE¹³.

Um exemplo ilustrativo de como uma política verde pode, de forma involuntária, aumentar a desigualdade é a criação de espaços verdes urbanos, que podem resultar numa valorização imobiliária e no afastamento de comunidades marginalizadas devido ao aumento dos preços¹⁴.

O Oitavo PAA estabelece que o cumprimento dos objetivos do PAA exige que as autoridades, do nível local ao europeu, reforcem uma abordagem integrada de elaboração de políticas,:

...avaliando sistematicamente e, quando aplicável, analisando as sinergias e potenciais compromissos entre objetivos ambientais, sociais e económicos de todas as iniciativas, a fim de assegurar que o bem-estar das pessoas, em especial, a sua necessidade de um ambiente saudável, com ar puro e alimentos, água, energia, habitação, infraestruturas verdes e mobilidade de alta qualidade, acessíveis e a preços comportáveis, está garantida de forma sustentável e sem deixar ninguém para trás¹⁵.

Recomendações

De forma positiva, o conceito de «transição justa» continua muito presente no novo ciclo de governação da UE, com um vice-presidente executivo da Comissão responsável por uma transição limpa, justa e competitiva. Além disso, nas orientações políticas de Ursula von der Leyen, «proteger a nossa democracia» e «colocar os cidadãos no centro da nossa democracia» são duas áreas prioritárias¹⁶. Mais especificamente, este foco contínuo deverá traduzir-se em medidas políticas já anunciadas, tais como um novo Plano de Ação para a Aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, um Roteiro para Empregos de Qualidade, um Pacto para o Diálogo Social Europeu elaborado em conjunto com sindicatos e empregadores, e uma primeira Estratégia da UE de Combate à Pobreza. Estas iniciativas introduzem oportunidades fundamentais para simplificar e alargar o quadro da UE para uma transição justa e equitativa, avançando rumo a uma economia sistémica centrada no bem-estar e na equidade. Tirar partido destas oportunidades exigirá uma ação deliberada em cada uma das três dimensões da justiça.

Justiça distributiva

A justiça distributiva está estreitamente associada às necessidades de investimento. Investimentos bem direcionados têm de assegurar que os benefícios da transição são partilhados de forma equitativa por toda a sociedade, a fim de evitar uma maior fragmentação económica e o aumento da desigualdade social. Tal exige uma mudança de uma abordagem centrada nos ganhos económicos a curto prazo para uma abordagem centrada na resiliência a longo prazo, dando prioridade aos setores que melhoram o bem-estar coletivo, como os cuidados de saúde, a educação e a sustentabilidade ambiental. O próximo Quadro Financeiro Plurianual (2028-2034) terá de refletir esta abordagem e responder às inúmeras necessidades de investimento através de um aumento do orçamento global e dos investimentos em setores-chave, a fim de garantir que uma parte

significativa do orçamento da UE é canalizada para o reforço da resiliência a longo prazo e, consequentemente, para o bem-estar.

De um modo mais geral, todos os investimentos públicos e privados devem estar alinhados com os objetivos sociais e ambientais através, da integração de indicadores de bem-estar nos quadros orçamentais e estratégicos. Os contributos dos Estados-Membros no âmbito do Semestre Europeu, bem como os respetivos planos orçamentais-estruturais nacionais de médio prazo (PMP) no âmbito da reforma das regras orçamentais da UE, constituem uma importante alavanca. Estes planos devem monitorizar e fomentar o bem-estar, indo além do objetivo atual de «uma redução sustentada e gradual da dívida e um crescimento sustentável e inclusivo»¹⁷, e orientar a elaboração de políticas nacionais com a finalidade de reforçar a igualdade e a distribuição dos custos e benefícios da transição. É possível integrar novos conjuntos de métricas e indicadores quantitativos neste mecanismos de informação, conforme analisado no capítulo 3. A próxima revisão do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais oferece outra oportunidade para reforçar a justiça distributiva. Ao colocar maior ênfase na equidade e na justiça da transição no Plano de Ação, as políticas de transição social e energética podem interligar-se de forma mais eficaz, o que melhora a conceção das políticas e promove uma repartição mais equitativa dos benefícios e encargos no âmbito de uma transição justa. Através deste novo Plano de Ação, também devem ser introduzidos conceitos socioecológicos inovadores que confirmam uma centralidade fundamental ao bem-estar, à justiça e à sustentabilidade (por exemplo, redução do tempo de trabalho, serviços básicos universais e dividendos)^{18, 19, 20, 21}.

Justiça processual

No que se refere à justiça processual, a implementação de abordagens baseadas no diálogo civil e social e na criação conjunta

deve ser reforçada na elaboração de futuras reformas políticas e planos de investimento da UE. Podem ser retiradas lições do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) nos casos em que, devido à necessidade de elaborar rapidamente os Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência (PNRR), as organizações da sociedade civil (OSC) e os parceiros sociais tiveram uma participação insuficiente²². O mesmo se aplica à elaboração dos PMP, para os quais os Estados-Membros nem sequer são obrigados a consultar as partes interessadas.

Para além da afetação de tempo e recursos suficientes, da melhoria do acesso a financiamento para as OSC e do incentivo à participação cívica ascendente, com vista a garantir uma participação significativa na elaboração dos planos nacionais e dos mecanismos de comunicação de informação, devem ser introduzidos critérios vinculativos para a participação. A Comissão Europeia deve elaborar critérios de qualidade, em conjunto com orientações claras, sobre a forma como os Estados-Membros podem envolver as partes interessadas na elaboração de políticas de uma forma estrutural e significativa. Além disso, um maior envolvimento do Parlamento Europeu, em contraste com o seu papel relativamente insignificante no MRR, reforçaria a supervisão democrática²³.

No entanto, o envolvimento dos cidadãos vai muito além da multiplicação de mecanismos de consulta na fase de conceção de uma política ou de um plano nacional. A integração da participação e da inclusão na elaboração de políticas exigirá um processo participativo representativo adequado e inovador, bem como a realização de mais experiências com possíveis plataformas como, por exemplo, as assembleias de cidadãos²⁴.

Justiça de reconhecimento

Um aspeto central da justiça de reconhecimento consiste numa abordagem intergeracional que assegure que o bem-estar

das gerações futuras seja reconhecido e devidamente tido em conta. Com efeito, é fundamental integrar uma reflexão a longo prazo no ciclo de políticas da UE, incluindo na modelização, nos processos de escrutínio e nos investimentos²⁵. Neste contexto, a inclusão da justiça intergeracional na pasta de um Comissário constitui um passo encorajador numa direção positiva²⁶, que deverá servir de base para esforços futuros. Está prevista a publicação, pelo Comissário Micallef, de uma Estratégia para a Equidade Intergeracional, que visa identificar a forma como podemos reforçar a comunicação entre gerações e assegurar que os interesses das gerações atuais e futuras sejam respeitados na elaboração das nossas políticas e da nossa legislação²⁷, e que constituirá um marco fundamental e definirá o âmbito da abordagem intergeracional da UE. Esta estratégia deve ser acompanhada de uma abordagem global que permita reconhecer e respeitar efetivamente os direitos e o bem-estar das gerações atuais e futuras, sem se limitar a um diálogo entre os idosos e os jovens na atualidade. A este respeito, a lei relativa ao bem-estar das gerações futuras (Wellbeing of Future Generations Act) e o comissário para as Gerações Futuras, do País de Gales, constituem exemplos a seguir ([consultar o exemplo de caso 1 na página 22](#)).

A implementação da Estratégia da UE para a Equidade Intergeracional deve constituir um ponto de referência para a consideração de métodos inovadores, semelhantes aos utilizados no País de Gales, com vista a reconhecer e promover os interesses das gerações futuras na UE.

A lei relativa ao bem-estar das gerações futuras no País de Gales

Em 2015, o País de Gales adotou a inovadora lei relativa ao bem-estar das gerações futuras, que define sete objetivos de bem-estar para o País de Gales. Importa salientar que os objetivos foram elaborados após um amplo processo de consulta aos cidadãos, o que é fundamental para as dimensões associadas à justiça e assegurar a sua aplicação efetiva. Os organismos públicos são obrigados a atuar de modo a maximizar o impacto no sentido da prossecução desses objetivos. Os sete objetivos de bem-estar e as respetivas descrições são:

- Um País de Gales próspero
- Um País de Gales resiliente
- Um País de Gales mais saudável
- Um País de Gales mais igualitário
- Um País de Gales de comunidades coesas
- Um País de Gales com uma cultura dinâmica e uma língua galesa florescente
- Um País de Gales globalmente responsável²⁸

Os progressos são acompanhados através de indicadores nacionais avaliados anualmente; os ministros são obrigados a definir etapas calendarizadas e a elaborar relatórios sobre tendências futuras. Importa sublinhar que a lei também prevê mecanismos de responsabilização, incluindo um comissário para as Gerações Futuras do País de Gales, a quem compete "agir como guardião da capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades e incentivar os organismos públicos a terem mais em conta o impacto a longo prazo (*ibid.*, p. 11).

A lei alterou de forma prática os processos de tomada de decisão no País de Gales. Por exemplo, permitiu a utilização da economia Doughnut como quadro estratégico fundamental no Parque Nacional de Bannau Brycheiniog²⁹ e orientou o Governo galês no sentido de abandonar os planos de construção de uma extensão de autoestrada e redirecionar os fundos para modos de transporte ativos e sustentáveis³⁰. A alteração do objetivo e a adição de mecanismos de acompanhamento dos progressos, obrigações claras, métodos de trabalho e mecanismos de responsabilização podem constituir poderosos instrumento de mudança e promover a integração de uma reflexão a longo prazo no processo de tomada de decisões.



Notas finais

- 1 IPCC. (8 de outubro de 2018). Summary for Policymakers of IPCC Special Report on Global Warming of 1.5°C approved by governments. Retirado do IPCC: <https://www.ipcc.ch/2018/10/08/summary-for-policymakers-of-ipcc-special-report-on-global-warming-of-1-5c-approved-by-governments/>
- 2 Bennett, N. J., Blythe, J., Cisneros-Montemayor, A. M., Singh, G., & Sumaila, U. R. (2019). Just Transformation to Sustainability. *Sustainability*, 11(14):3881.
- 3 Comissão Europeia. (2023). Relatório de Prospetiva Estratégica de 2023. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 4 Eurobarometer. (2022). Fairness, Inequality and Inter-Generational Mobility. Retirado de Eurobarómetro: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2652>
- 5 Bennett, N. J., Blythe, J., Cisneros-Montemayor, A. M., Singh, G., & Sumaila, U. R. (2019). Just Transformation to Sustainability. *Sustainability*, 11(14):3881.
- 6 União Europeia. (2022). Decisão (UE) 2022/591 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de abril de 2022, relativa a um Programa Geral de Ação da União para 2030 em Matéria de Ambiente. *Jornal Oficial da União Europeia*.
- 7 Eurostat. (2024). Sustainable development in the European Union - Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context 2024 edition. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 8 Sabato S. and Vanhille, J. (2024). The European Green Deal and the 'Leave No One Behind' principle: state of the art, gaps, and ways forward. Estudo encomendado pela Presidência belga do Conselho da UE.
- 9 Arabadjeva, K., Galgoczi, B. and Van Melkebeke, T. (2024). Boosting participation in the energy transition: Five action areas for the new EU policy cycle (1/5): Just transition governance.
- 10 Conselho Sami. (2024). Sámi lens evaluation on the European Green Deal Policy. Conselho Sami.
- 11 Ver, entre outros, Neuhold, C. (29 de maio de 2020). Democratic Deficit in the European Union. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Acesso em: 18 Dec. 2024, <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-1141>.
- 12 Kuntze, L., & Fesenfeld, L. P. (2021). Citizen assemblies can enhance political feasibility of ambitious climate policies. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3918532>
- 13 Conselho Consultivo Científico Europeu sobre as Alterações Climáticas. (2024). Towards EU climate neutrality - Progress, policy gaps and opportunities. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

- 14 Agência Europeia do Ambiente. (2024). Delivering justice in sustainability transitions. <https://www.eea.europa.eu/publications/deliveringjustice-in-sustainability-transitions>
- 15 Conselho Europeu, Parlamento Europeu. (12 de abril de 2022). Decisão (UE) 2022/591 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de abril de 2022, relativa a um Programa Geral de Ação da União para 2030 em Matéria de Ambiente. Retirado do Jornal Oficial da União Europeia: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32022D0591>
- 16 Von der Leyen, U. (2024). As Escolhas da Europa – Orientações políticas para a próxima Comissão Europeia 2024-2029 Estrasburgo.
- 17 Ver: https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-and-fiscal-governance/stability-and-growth-pact/preventive-arm/national-medium-term-fiscal-structural-plans_en
- 18 Sabato S. and Vanhille, J. (2024). The European Green Deal and the ‘Leave No One Behind’ principle: state of the art, gaps, and ways forward. Estudo encomendado pela Presidência belga do Conselho da UE.
- 19 Earth4All. (4 de abril de 2024). The Alaska Permanent Fund: A model for a Universal Basic Dividend? Retirado de Earth4All: <https://earth4all.life/views/the-alaska-permanent-fund/>
- 20 Coote, A., Franklin, J., & Simms, A. (2010). 21 Hours. Why a Shorter Working Week Can Help Us All to Flourish in the 21st Century. New Economics Foundation.
- 21 Van Melkebeke, T. and Mühlenhoff, J. (2024). Strengthening citizens’ participation in the EU’s energy transition – a toolbox. Retirado de: <https://eu.boell.org/en/2024/05/29/strengthening-citizens-participation-eus-energy-transition-toolbox>
- 22 Parlamento Europeu (2021). Involvement of civil society and local authorities in the European Semester process and the recovery and resilience plans. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-9-2021-001656_EN.html
- 23 Projeto Horizon MERGE. (2024). A European Agenda To Navigate Uncertain Times – How to steer the EU towards wellbeing for all now and in the future. <https://mergeproject.eu/publications-steerwellbeing/>
- 24 Alemanno, A. (2023). Towards a permanent citizens’ participatory mechanism in the EU. Departamento Temático dos Direitos dos Cidadãos e dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/735927/IPOL_STU\(2022\)735927_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/735927/IPOL_STU(2022)735927_EN.pdf)
- 25 ZOE Institute for Future-Fit Economies. (12 de fevereiro de 2024). A proposal for an Executive Vice-President for Future Generations. Retirado de ZOE Institute for Future-Fit Economies: <https://zoe-institut.de/en/publication/a-proposal-for-an-executive-vice-president-for-future-generations/>
- 26 Comissão Europeia. (17 de setembro de 2024). Comissão Europeia. Retirado de Commissioners-designate (2024-2029): https://commission.europa.eu/about-european-commission/towards-new-commission-2024-2029/commissioners-designate-2024-2029_en
- 27 Consulte aqui: https://commission.europa.eu/about/organisation/college-commissioners/glenn-micallef_en
- 28 Assembleia Nacional do País de Gales. (2015). Well-being of Future Generations (Wales) Act 2015.
- 29 Bannau Brycheiniog National Park. (sem data). Bannau Brycheiniog National Park – Y Bannau: The Future. Retirado de The Doughnut Model: <https://future.bannau.wales/understanding-the-plan/>
- 30 Transport – the Future Generations Commissioner for Wales. (sem data). Future Generations Commissioner for Wales. <https://www.futuregenerations.wales/impact/transport/>

Medir o que mais importa

Indicadores para uma
economia do bem-estar

3

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o produto interno Bruto (PIB) tem sido cada vez mais utilizado como o indicador dominante de prosperidade e progresso na UE e nos seus Estados-Membros¹. Embora o PIB apresente vantagens claras em termos de comparabilidade internacional, operacionalização nas políticas e relativa facilidade de medição, não faz uma distinção entre atividades económicas «boas e más». O PIB agregado pouco diz sobre impactos mais específicos, incluindo a distribuição dos encargos e benefícios do crescimento do PIB. Tal acontece, por exemplo, quando se trata do impacto ecológico. Os danos ambientais, como um derrame de petróleo, introduzem atividades económicas, por exemplo, processos de limpeza, que aumentam o PIB, mas a destruição do capital natural não é contabilizada de uma forma negativa². Existem também «pontos cegos» sociais no PIB, uma vez que o valor acrescentado de atividades que não são necessariamente remuneradas, mas que são fundamentais para a economia da UE e para o bem-estar da sua população, como é o caso, por exemplo, do trabalho de prestação de cuidados, tende a ser ignorado. Nos países da OCDE, as mulheres ganham menos e trabalham mais horas em comparação com os homens, se incluirmos o trabalho não remunerado³, uma questão importante para a igualdade de género que continua invisível se apenas nos focarmos no PIB.

Por causa destas limitações, torna-se necessário desenvolver e testar novos indicadores abrangentes para fazer um acompanhamento adequado do progresso da economia da UE rumo ao bem-estar dentro dos limites planetários.

Situação atual

Considerações fundamentais

Na elaboração de métricas que vão para além do PIB, é essencial ter em conta algumas considerações fundamentais. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que os indicadores têm um poder significativo na orientação da elaboração de políticas e que se baseiam em narrativas e formas de compreensão do mundo^{4,5}. Nesse sentido, o processo é importante e os indicadores estão estreitamente associados a aspetos de justiça processual, distributiva e de reconhecimento (ver o capítulo 2 anterior). As questões fundamentais a colocar são: Quem é representado pelos indicadores? O progresso avaliado pelo indicador reflete o progresso na realidade vivida pela população? A quem pertencem o conceito e a perceção de progresso que os indicadores exprimem? Uma boa compreensão das respostas a estas questões constitui o primeiro ponto de partida importante para a definição de métricas que se enquadrem numa economia do bem-estar.

Em segundo lugar, os indicadores de bem-estar sustentável devem conseguir articular os aspetos sociais, ecológicos e económicos. Tal está associado ao conceito de meios e fins de uma economia do bem-estar anteriormente analisado. Podemos citar como exemplo o modelo Doughnut, em que o limiar ecológico e a base social definem o quadro, ou seja, o «espaço de manobra seguro e justo» para a economia. Outro exemplo é o índice de sustentabilidade ambiental forte, que permite uma substituição limitada entre capital natural e outras formas de capital⁶.

Além disso, os indicadores devem estar associados ao contexto geográfico e temporal externo da UE. Uma economia do bem-estar significa não só procurar melhorar o bem-estar dos cidadãos europeus de hoje como também considerar os impactos no progresso social e ecológico global, bem como as perspectivas de bem-estar sustentável das gerações futuras. As quatro perspectivas utilizadas na economia Doughnut, que analisam os aspetos sociais e ecológicos a nível local e global, constituem, uma vez mais, um bom exemplo⁷. O limiar de suficiência no índice de desenvolvimento sustentável e o impacto ambiental e social indireto do índice de contágio são outros dois quadros de referência que devem ser tidos em conta^{8,9}.

Por último, os indicadores de uma economia do bem-estar têm de ser aplicáveis na prática, no sentido de poderem ser utilizados para orientar a elaboração de políticas. Devem também estar estruturalmente integrados nos

processos institucionais e políticos relevantes e incluir mecanismos de responsabilização. Um exemplo de boas práticas que combina todas estas considerações é a roda de desenvolvimento e decisão da Cornualha (Cornwall Development and Decision Wheel)¹⁰, conforme descrita abaixo no exemplo de caso 2.

Este estudo de caso demonstra como é possível integrar os objetivos e indicadores sociais e ambientais nos processos de tomada de decisão de uma forma estruturada, garantindo que a atividade económica serve os objetivos sociais e ambientais. É também um exemplo de como visualizar os impactos de uma forma mais acessível para os cidadãos e as comunidades, facilitando assim conversas mais alargadas sobre temas complexos e oferecendo uma forma de complementar os dados estatísticos com percepções das comunidades e dos cidadãos¹¹.

EXEMPLO DE CASO 2

A roda de desenvolvimento e decisão da Cornualha¹²



O Conselho da Cornualha, no Reino Unido, partiu dos princípios da economia Doughnut e desenvolveu um instrumento, a roda de desenvolvimento e decisão, para apoiar uma tomada de decisão mais orientada para o longo prazo. A roda contém questões relativas a 21 aspetos sociais e ambientais e tem por objetivo ajudar a classificar se uma decisão terá um impacto negativo duradouro ou grave, um impacto negativo de curto prazo ou limitado, nenhum impacto ou impacto neutro, um impacto positivo de curto prazo ou limitado ou um impacto positivo duradouro ou extensivo, utilizando uma classificação do tipo semáforo. A roda em forma de donut é depois colorida de acordo com estas avaliações do impacto ambiental e social, o que permite visualizar uma análise global da decisão.

A roda é utilizada nas fases iniciais de novos projetos e também tem sido utilizada para avaliar o impacto das decisões orçamentais do Conselho da Cornualha.

Para além deste exemplo concreto, observa-se um crescimento exponencial contínuo do número de indicadores desenvolvidos ao longo da última década para medir o bem-estar dentro dos limites planetários¹³, incluindo na UE. Algumas destas iniciativas são ilustradas no **Quadro 1**.

Desenvolvimentos recentes na UE

Há muito que as instituições da UE reconhecem os limites do PIB como um indicador de progresso. Já em 2009, a Comissão publicou uma comunicação intitulada «O PIB e mais além: medir o progresso num mundo em mudança»¹⁴. Além disso, a Análise Anual do Crescimento Sustentável de 2019 afirma, de forma muito clara, que «o crescimento económico não é um fim em si mesmo. A economia tem de estar ao serviço das pessoas e do planeta»¹⁵. Estão em curso diversos projetos de investigação europeus que se centram neste tema^{16, 17, 18, 19, 20}. O tema foi também amplamente debatido durante a Conferência Beyond Growth 2023, no Parlamento Europeu, que envolveu vários grupos parlamentares²¹.

De forma concreta, a Comissão Europeia prevê, no relatório de prospetiva estratégica de 2023, que o PIB da UE em 2040 poderia igualmente «beneficiar» da integração de aspetos associados ao bem-estar. Calcula-se que o PIB da UE seria mais elevado num cenário «ajustado» (ou seja, cálculos do PIB que consideram diferentes aspetos da qualidade de vida) do que num cenário de referência, de *statu quo*²². O modelo indica que o PIB ajustado da UE seria 15,5 % superior ao PIB não ajustado em 2040, enquanto a sua taxa de crescimento média anual composta no período 2000-2040 seria de 1,57 %, em vez de apenas 1,33 % no cenário de referência. Além disso, no atual contexto político em que a competitividade da economia da UE é literalmente a bússola orientadora da Comissão Europeia²³, importa salientar que o mesmo relatório de prospetiva estratégica estima que o aumento proporcionado por um PIB ajustado seria superior na UE do que em outras grandes potências económicas, como os EUA (12,0 %), a China (11,7 %) ou a Índia (1,3 %).

Quadro 1: Iniciativas selecionadas para expandir a medição do progresso rumo ao bem-estar dentro dos limites planetários.

Iniciativa
<u>Orçamento do bem-estar da Nova Zelândia</u>
<u>O limiar ecológico e a fundação social do modelo da economia Doughnut, utilizados, por exemplo, no parque nacional de Bannau Brycheiniog</u>
<u>As quatro lentes da economia Doughnut aplicadas, por exemplo, em Amesterdão</u>
<u>Lei relativa ao bem-estar das gerações futuras, indicadores nacionais de bem-estar do País de Gales</u>
<u>Principais indicadores do Oitavo Programa de Ação em matéria de Ambiente</u>
<u>Índice de contágio, que avalia os impactos sociais e ambientais indiretos nos países resultantes da atividade económica</u>
<u>Índice de desenvolvimento sustentável, com a introdução de um limiar de suficiência</u>
<u>Índice de progresso da sustentabilidade ambiental forte</u>
<u>Índice de bem-estar económico sustentável, que ajusta o PIB para, entre outras, atividades não remuneradas, concentração de rendimentos e degradação ambiental</u>

Estes resultados suscitam questões sobre a narrativa dominante, que assume que a introdução de considerações associadas ao bem-estar teria um efeito negativo na economia da UE. O relatório de prospeção estratégica de 2023 da Comissão Europeia estabelece ainda que:

... os indicadores do PIB devem ser continuar a ser desenvolvidos e progressivamente integrados na elaboração das políticas da UE. Tal permitirá acompanhar os progressos realizados em matéria de bem-estar, facilitar a comunicação dos desafios políticos e conceber estratégias para os enfrentar de uma forma centrada nas pessoas e no planeta, assegurando simultaneamente que o crescimento económico não destrua os seus próprios alicerces²⁴.

A Comissão Europeia está também a desenvolver métricas sobre bem-estar no âmbito do grupo de trabalho interserviços sobre o bem-estar sustentável e inclusivo. Este grupo trabalhou no desenvolvimento e publicação de um protótipo de quadro multidimensional de bem-estar sustentável e inclusivo (SIWB) e de um painel de indicadores. A iniciativa inclui uma seleção de cerca de 140 indicadores (considerados os instrumentos de monitorização de SIWB mais avançados) e o seu mapeamento inicial, tendo sido apresentada num relatório do Centro Comum de Investigação publicado em julho de 2024, intitulado «Sustainable and Inclusive Wellbeing, the road forward»²⁵. O Centro Comum de Investigação publicou também um painel de síntese com indicadores essenciais, mais adequado para comunicação de informações, mas também para elaboração de relatórios num contexto em que as capacidades de muitas administrações são limitadas²⁶. Este painel de síntese pode ser integrado facilmente numa série de etapas importantes em matéria de relatórios e contabilidade a nível da UE e dos Estados-Membros.

Por último, em maio de 2024, este grupo de trabalho da Comissão Europeia publicou igualmente um estudo preliminar no qual propõe indicadores principais «PIB+3» com a finalidade de complementar o PIB nas dimensões ambiental, social e institucional²⁷, estando atualmente a explorar «atividades de médio prazo». Estas incluem o desenvolvimento de novos indicadores mais oportunos através de inquéritos e técnicas de previsão a muito curto prazo, o estudo e medição do capital social e o desenvolvimento de modelos de avaliação integrada para as políticas da UE.

Estas iniciativas representam o trabalho e os resultados avançados da Comissão Europeia. É agora tempo de transformar estes estudos preparatórios e conhecimentos em políticas e estratégias.

Iniciativas internacionais

Para além destes esforços no âmbito da UE, o movimento global que visa atualizar o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN), do qual a UE já faz parte, é outro desenvolvimento interessante. O SCN da ONU é a norma internacional para medir a atividade económica, incluindo ao nível da UE no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, tendo a sua última reforma sido realizada em 2008.

Desde então, foi desenvolvido um trabalho significativo sobre matérias de SIWB, nomeadamente com a conceção e a adoção do Quadro Central do Sistema de Contas Económicas do Ambiente, a primeira referência internacional para contabilidade ambiental e económica adotada pela Comissão Estatística das Nações Unidas em 2012²⁸. Além disso, a Ação 53 do Pacto das Nações Unidas para o Futuro propõe o objetivo de elaborar um quadro de medidas de progresso para o desenvolvimento sustentável que complemente e vá para além do produto interno bruto²⁹. A UE refletiu estas evoluções sobretudo nas suas Contas do Ambiente³⁰, que

são possivelmente o instrumento estatístico mais avançado a nível europeu com o objetivo de descrever as interações entre a economia e o ambiente de forma coerente com as contas nacionais.

No entanto, os fundamentos metodológicos do SCN ainda não refletem integralmente este progresso nos instrumentos estatísticos oficiais. O SCN continua a ser relativamente vago no que respeita a matérias que vão para além do PIB, continuando a faltar conceitos importantes associados ao SIWB. Esta lacuna reflete-se também na versão atual das Contas do Ambiente da UE, que, apesar de serem utilizadas num número crescente de políticas europeias, tais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o quadro de acompanhamento da UE para a economia circular³¹, ou o Oitavo Programa de Ação em matéria de Ambiente, ainda não integram métricas de SIWB diretas e formais.

Recomendações

O valor político dos indicadores alternativos é extraordinariamente elevado. Podem impulsionar a mudança de narrativa necessária para permitir a transição para um sistema económico capaz de oferecer um futuro positivo às pessoas. Conforme explicado anteriormente, a Comissão Europeia já aprovou, do ponto de vista metodológico, métricas de bem-estar sustentáveis e inclusivas. A UE e os Estados-Membros devem agora incorporá-las formalmente nos seus processos de elaboração de políticas.

Alinhar a informação e o acompanhamento com o bem-estar

A forma clara, concreta e eficaz de avançar consiste numa melhor integração do painel de SIWB da Comissão Europeia nos principais instrumentos de governação e de comunicação de informações apresentados pelos Estados-Membros.

- O ponto focal mais pertinente é o quadro de governação económica da União, que visa detetar e corrigir desequilíbrios económicos nos Estados-Membros, e o respetivo «Semestre Europeu», que constitui o principal mecanismo de comunicação de informações no âmbito deste quadro. O Semestre Europeu demonstrou ter potencial para promover mudanças a nível nacional, nomeadamente nos últimos anos, através do seu papel na coordenação da resposta da UE à pandemia de COVID-19 e à crise energética decorrente da guerra na Ucrânia. No entanto, o mecanismo continua centrado no crescimento, nos desequilíbrios macroeconómicos e, em menor medida, em determinados aspetos sociais. Não tem suficientemente em conta a dimensão ambiental fundamental e as preocupações sociais mais alargadas, necessárias para promover devidamente os conceitos de SIWB.
- Outro importante instrumento de governação é o reexame da aplicação da política ambiental (EIA), no âmbito do qual os Estados-Membros da UE informam sobre os seus progressos num conjunto de áreas temáticas ambientais (economia circular e gestão de resíduos, biodiversidade e capital natural, poluição zero, substâncias químicas ou ação climática). O objetivo consiste, nomeadamente, em identificar e fazer o acompanhamento dos principais desafios e realizações de cada Estado-Membro na aplicação das principais leis e políticas ambientais da UE. Como se verifica no caso do Semestre Europeu, a eficácia da comunicação de informações no âmbito do EIA beneficia largamente de uma aplicação coerente e integrada do painel de SIWB.
- O painel de SIWB da Comissão Europeia poderia, para além disso, ser integrado noutros quadros de governação da UE e dos Estados-Membros, por exemplo:

- › Metas horizontais do quadro financeiro plurianual
- › Discurso sobre o estado da União
- › Painéis de cidadãos europeus

Integrar o SIWB nas bases da elaboração de políticas

Para além do alinhamento dos instrumentos de informação e acompanhamento com o painel de SIWB, também deverão ser dedicados esforços «a montante», o que permitiria aos decisores políticos integrar métricas pertinentes durante a fase de conceção das políticas da UE.

Uma oportunidade perdida nesta segunda vertente da implementação do SIWB foi o exercício de revisão de 2021 do quadro Legislar Melhor, que nem sequer faz referência à economia do bem-estar³². Com uma nova revisão, o painel de SIWB poderia ser definido como quadro orientador para as Avaliações do Impacto na Sustentabilidade, da UE. Nesse contexto, os decisores políticos deveriam colocar novamente na agenda o Acordo Interinstitucional Legislar Melhor. Este Acordo data de 2015³³ e necessita de atualização para refletir os nossos desafios sociais e ambientais e, desta forma, permitir a integração dos conceitos de SIWB na conceção das leis da UE.

À escala global, a integração de indicadores de bem-estar nas normas internacionais de medição e nas respetivas definições constitui um instrumento fundamental de mudança. A reforma do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN), em 2025, que integra uma equipa de trabalho sobre bem-estar³⁴, representa uma oportunidade para integrar métricas de SIWB nos sistemas contabilísticos globais, bem como nos da UE, uma vez que estas alterações seriam posteriormente refletidas nas atualizações do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC) até 2029. Os decisores políticos que queiram promover uma agenda de economia do bem-estar na Europa devem estar cientes

desta oportunidade, sobretudo porque esta criaria também condições equitativas em relação a outros países e poderia introduzir uma narrativa e um paradigma alternativos positivos centrados no bem-estar num contexto geopolítico de tensão.



Notas finais

- 1 Terzi, A. (2021). Economic Policy-Making Beyond GDP: An Introduction, Discussion Paper 142. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 2 Terzi, A. (2021). Economic Policy-Making Beyond GDP: An Introduction, Discussion Paper 142. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 3 OCDE. (2020). How's Life? 2020 Measuring Well-Being. Paris: Publicações da OCDE.
- 4 Kaufmann, R., Barth, J., Steffens, L., Le Lannou, L.-A., Gerer, A., & Kiecker, S. (2023). Mainstreaming wellbeing and sustainability in policymaking: technical and governance levers out of the institutional GDP lock-in. Colónia: ZOE Institute for Future-fit Economies.
- 5 Dethier, F., & Roman, P. (2024). Report on transformative indicators for a sustainable wellbeing paradigm. ToBe Horizon.
- 6 Usubiaga-Liano, A., & Ekins, P. (2021). Monitoring the environmental sustainability of countries through the strong environmental sustainability index. Ecological Indicators.
- 7 Doughnut Economics Action Lab. (18 de fevereiro de 2022). Doughnut Economics Action Lab. Retirado de Doughnut Unrolled: Introducing the four lenses: <https://doughnuteconomics.org/tools/doughnut-unrolled-introducing-the-four-lenses>
- 8 Hickel, J. (2020). The sustainable development index: Measuring the ecological efficiency of human development in the anthropocene. Ecological Economics.
- 9 Sachs, J. D., Lafortune, G., & Fuller, G. (2024). Spillover rankings. Retirado de Sustainable Development Report: <https://dashboards.sdgindex.org/rankings/spillovers>
- 10 Turner, R., & Willis, J. (2022). Downscaling doughnut economics for sustainability governance. Current opinion in Environmental Sustainability, 56:101180.
- 11 Wellbeing Economy Alliance; Doughnut Economics Action Lab; ZOE Institute for future-fit economies. Module 6: Measuring Wellbeing - 6.3 Complementing data with community insights. Wellbeing Economy Course. <https://wellbeingeconomycourse.org/policy-course/complementing-data-with-community-insights-4ezyj-mpc6a>
- 12 Cornwall Council. (2024). Assessing the impact of our decisions. Retirado do Cornwall Council: <https://www.cornwall.gov.uk/people-and-communities/equality-and-diversity/assessing-the-impact-of-our-decisions/>
- 13 Rum, I., Hoekstra, R., Annegeke, J., Eastoe, J., Kubiszewski, I., Constanza, R., Biggeri, M. (2024). Are Beyond-GDP metrics converging? Consolidation of the measurement of sustainable and inclusive wellbeing.
- 14 Comissão Europeia. (2009). O PIB e mais além: medir o progresso num mundo em mudança COM(2009) 433 final. Bruxelas.

- 15 Comissão Europeia. (2019). Análise Anual do Crescimento Sustentável de 2020 (SWD(2019) 444 final). Bruxelas: Comissão Europeia.
- 16 Os projetos de investigação relevantes incluem:
 - WISE Horizons que sintetizará indicadores e modelos emergentes para o bem-estar, a inclusão, a sustentabilidade e a economia, e os apresentará numa base de dados e numa estrutura contabilística de acesso aberto. O projeto decorre entre 2023 e 2026.
 - Sustainability Performances, Evidence, and Scenarios (SPES) que visa aumentar a compreensão da interligação entre sustentabilidade ecológica, prosperidade humana e crescimento económico, incluindo estruturas e métodos de medição. O projeto decorre entre 2023 e 2026.
 - ToBe que visa transformar conhecimentos, indicadores e políticas em direção a um paradigma de sustentabilidade. O projeto decorre entre 2023 e 2026.
 - REAL investiga as políticas, a política e os sistemas de provisão necessários para uma transição pós-crescimento justa, que permita o bem-estar de todos dentro dos limites planetários. O projeto decorre entre 2023 e 2029.
 - MERGE que coordena os projetos de investigação acima mencionados (WISE horizons, REAL, ToBe, e SPES).
- 17 Jansen, A., Hoekstra, R., Kaufmann, R., & Gerer, A. (2023). A synthesis of Beyond-GDP metrics for Wellbeing, Inclusion, and Sustainability including a deep-dive into EU metrics and their role in governance. Final version of WISE Horizons deliverable 1.1. WISE Horizons.
- 18 Dethier, F., & Roman, P. (2024). Report on transformative indicators for a sustainable wellbeing paradigm. ToBe Horizon.
- 19 Rum, I., Hoekstra, R., Annegeke, J., Eastoe, J., Kubiszewski, I., Constanza, R.,..., Biggeri, M. (2024). Are Beyond-GDP metrics converging? Consolidation of the measurement of sustainable and inclusive wellbeing.
- 20 Wellbeing Economy Alliance; Doughnut Economics Action Lab; ZOE Institute for future-fit economies. Module 6: Measuring Wellbeing - 6.3 Complementing data with community insights. Wellbeing Economy Course. <https://wellbeingeconomycourse.org/policy-course/complementing-data-with-community-insights-4ezjy-mpc6a>
- 21 Consulte aqui: <https://www.beyond-growth-2023.eu/lecture/focus-panel-18/>
- 22 Comissão Europeia. (2023). Relatório de Prospetiva Estratégica de 2023. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. https://commission.europa.eu/system/files/2023-07/SFR-23-beautified-version_en_0.pdf
- 23 Comissão Europeia. (2024). Um novo plano para a prosperidade e a competitividade sustentáveis da Europa. https://commission.europa.eu/priorities-2024-2029/competitiveness_en
- 24 Comissão Europeia. (2023). Relatório de Prospetiva Estratégica de 2023. Ibidem.
- 25 Benczur, P., Boskovic, A., Cariboni, J., Chevallier, R., Le Blanc, J., Sandor, A., & Zec, S. (2024). Sustainable and Inclusive Wellbeing, the road forward. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 26 Comissão Europeia. Centro Comum de Investigação. (2024). Measuring sustainable and inclusive wellbeing: A multidimensional dashboard approach. Serviço das Publicações. <https://data.europa.eu/doi/10.2760/4186342>
- 27 Comissão Europeia. Direção-Geral da Investigação e da Inovação. (2024). New metrics for sustainable prosperity: Options for GDP+3 : a preliminary study. Serviço das Publicações. <https://data.europa.eu/doi/10.2777/483660>
- 28 Mais informações aqui: <https://seea.un.org/content/about-seea>
- 29 Nações Unidas (2024). SUMMIT OF THE FUTURE OUTCOME DOCUMENTS, setembro de 2024. Pact for the Future, Global Digital Compact and Declaration on Future Generations. https://www.un.org/sites/un2.un.org/sof-pact_for_the_future_adopted.pdf
- 30 Comissão Europeia. Environmental accounts - establishing the links between the environment and the economy. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Environmental_accounts_-_establishing_the_links_between_the_environment_and_the_economy
- 31 Consulte aqui <https://ec.europa.eu/eurostat/web/circular-economy/monitoring-framework>
- 32 Comissão Europeia (2021). Better regulation – Joining forces to make better laws. https://commission.europa.eu/document/download/199176cf-6c4e-48ad-a9f7-9c1b31bbbd09_en?filename=better_regulation_joining_forces_to_make_better_laws_en.pdf
- 33 Disponível em : [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016Q0512\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016Q0512(01))
- 34 Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia (sem data). International efforts on 'beyond GDP'. https://joint-research-centre.ec.europa.eu/scientific-activities-z/beyond-gdp-delivering-sustainable-and-inclusive-wellbeing/international-efforts-beyond-gdp_en

O poder da previsão

Modelização de políticas

4

Os modelos constituem formas de quantificar e representar o mundo real e os seus sistemas^{1,2}. Podem ser utilizados para avaliar o comportamento do sistema em determinadas circunstâncias, bem como para realizar projeções e otimizar trajetórias conducentes à concretização dos objetivos das políticas públicas.

Tal significa que a forma como modelamos o futuro influencia diretamente as decisões políticas. Se um modelo subestimar o custo da inação face às alterações climáticas, poderá justificar políticas fracas. Se sobrestimar o crescimento económico, conduzirá a expectativas irrealistas sobre o futuro. Neste sentido, a escolha dos modelos utilizados, os aspetos analisados e a forma como são ponderados, os pressupostos subjacentes adotados pelos modelos e as perspetivas incluídas no processo de desenvolvimento do modelo têm um peso significativo.

A concretização de uma economia do bem-estar exige uma modelização adequada aos fins. Neste capítulo, enunciamos as principais considerações e recomendações que os decisores políticos da UE deverão ter em conta, recolhidas junto da nossa Comunidade de Conhecimento de peritos.

Situação atual

A União Europeia dispõe de uma ampla gama de modelos que são utilizados em todas as fases do ciclo de elaboração de políticas da UE para fundamentar a tomada de decisões. A utilização destes modelos, nomeadamente para a conceção de políticas através das Avaliações do Impacto na Sustentabilidade

(AIS) pelas diferentes Direções-Gerais, está codificada nas diretrizes e no conjunto de instrumentos para legislar melhor da UE^{3,4}. Em particular, os modelos são utilizados na elaboração de políticas da UE para « 1. Fundamentar a definição do problema, 2. Fornecer elementos de prova no âmbito da avaliação *ex post* de políticas pertinentes em vigor, 3. Fornecer elementos de prova para o cenário de referência, e/ou 4. Contribuir para a avaliação das opções estratégicas »⁵, e incluem, nomeadamente, avaliações de impacto, análises custo-benefício e modelos de previsão.

Apesar da importância destes instrumentos, os debates sobre as políticas da UE dependem em grande medida de modelos económicos restritos que não conseguem captar o quadro global, o que resulta em políticas que parecem adequadas a curto prazo, mas que geram problemas graves a longo prazo. Existem diversos problemas fundamentais nos modelos atualmente utilizados para a elaboração de políticas da UE que uma abordagem centrada no bem-estar poderia resolver.

Uma dinâmica complexa, em vez de linear

Regra geral, os modelos que utilizamos estabelecem uma relação linear entre o desenvolvimento económico, o qual, por sua vez, acarreta impactos ambientais e sociais. Por exemplo, o modelo de equilíbrio geral computável (EGC), amplamente utilizado pela DG Trade para realizar as avaliações o impacto dos acordos de comércio livre na sustentabilidade, é um modelo de otimização que parte de condições de mercado perfeitas

e escolhas racionais de todos os agentes económicos para obter os seus resultados. São pressupostos que não têm em conta falhas reais de mercado como, por exemplo, o esgotamento de recursos, as crises financeiras ou as desigualdades sociais. A relação entre impactos económicos, sociais e ambientais não é linear. É uma dinâmica complexa, dado que a economia é um subsistema da sociedade que, por sua vez, está integrada no ambiente e tem limites biofísicos e ciclos de retroação entre as diferentes esferas^{6,7}.

Por exemplo, o impacto subavaliado das alterações climáticas nos rendimentos agrícolas, que poderá reduzir a produção alimentar europeia até 20 % em 2050, é raramente considerado nos modelos comerciais atuais⁸. Se os agricultores em toda a Europa sofrerem perdas generalizadas nas colheitas, os preços dos alimentos disparam, o que resultará num aumento da inflação, em agitação política e num aumento da dependência de importações alimentares de países terceiros. No entanto, os modelos económicos atualmente utilizados para avaliar os acordos comerciais quase não têm em conta estes riscos.

Os riscos climáticos são geralmente subestimados e os pontos de inflexão climáticos e os ciclos de retroação não estão devidamente integrados nos modelos atuais^{9,10,11}. Uma vez que estas dinâmicas complexas não são totalmente compreendidas e tendem a ser simplificadas, existe o risco de os modelos apresentarem resultados excessivamente otimistas. Este risco foi destacado num relatório do Institute and Faculty of Actuaries, publicado em janeiro de 2025:

Avaliações amplamente utilizadas, mas profundamente falíveis, sobre o impacto económico das alterações climáticas indicam um efeito negligenciável no PIB, o que deixa os decisores políticos alheios ao imenso risco em que as trajetórias políticas atuais

nos colocam. A metodologia baseada no risco apresentada no relatório prevê uma contração de 50 % do PIB entre 2070 e 2090, caso não seja adotada uma via alternativa¹².

Esta potencial perda de metade do PIB da UE pode ser difícil de conceber, mas é precisamente o que estamos a enfrentar. A nossa incapacidade de incorporar tais custos nos modelos e, consequentemente, na elaboração de políticas traduz-se, na sua essência, num caminhar adormecido em direção ao precipício. Se um modelo económico prevê um crescimento contínuo apesar do aumento dos danos ambientais, os políticos podem, na verdade, ser incentivados a adiar medidas necessárias. Por conseguinte, é fundamental melhorar a precisão dos riscos climáticos, dos pontos de inflexão e dos ciclos de retroação nos modelos.

A relevância política dos modelos

Os modelos tendem a «despolitizar» o debate¹³. Alguns dos pressupostos subjacentes são, no entanto, altamente políticos. Por exemplo, se um modelo partir do princípio de que o crescimento económico continuará indefinidamente, esse pressuposto justificará políticas que dão prioridade aos lucros das empresas em detrimento da proteção ambiental e social. Mas se um modelo incluir limites ao crescimento, abre-se um conjunto diferente de opções políticas, focadas no bem-estar a longo prazo e não nos ganhos a curto prazo.

No contexto da avaliação de impacto das metas climáticas da UE para 2040, os três cenários apresentados pela Comissão Europeia partem do princípio de que o PIB real da UE será 40 % superior em 2040 e 61 % em 2060, em comparação com os níveis de 2015¹⁴. À luz do contexto apresentado no capítulo 1 desta publicação, a assunção de uma economia 60 % maior face a uma economia que já está a ultrapassar vários limites planetários não é neutra e é, indiscutivelmente, irrealista.

Outro exemplo é a escolha das taxas de desconto utilizadas para calcular o valor atual de custos e benefícios futuros que têm efeitos significativos nos resultados da análise custo-benefício das medidas políticas. Não existe uma abordagem objetiva ou livre de valores para estas taxas, e *pequenas diferenças no fator de desconto podem resultar em alterações significativas no valor atual líquido e, neste sentido, influenciar a avaliação da proposta*.¹⁵ Tal afeta a forma como os custos e benefícios atuais são ponderados a curto e longo prazo.

Um terceiro exemplo é o risco assumido na modelização das metas climáticas, que têm por base orçamentos de carbono correspondentes a uma probabilidade de 50 % de alcançar as metas climáticas, uma probabilidade bastante pessimista, arbitrária e altamente politizada se considerarmos o que está em causa¹⁶. O facto de os modelos serem percebidos como objetivos disfarça estes pressupostos subjacentes, o que dificulta uma discussão complementar e uma maior transparência (que são necessárias) bem como medidas proporcionadas.

Além disso, uma visão geral dos modelos utilizados pela Comissão Europeia revela uma sub-representação de fatores sociais fundamentais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sobre saúde de qualidade e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de género, paz, justiça e instituições fortes¹⁷. Numa carta aberta publicada em fevereiro de 2024, 200 economistas instaram a Comissão Europeia a renovar o seu conjunto de instrumentos de modelização económica, salientando que o recurso aos instrumentos da economia ecológica é praticamente inexistente por parte das instituições da UE, apesar de serem suficientemente maduros para aplicação e de poderem contribuir com perspetivas importantes¹⁸. Esta situação foi também identificada no relatório de prospetiva estratégica:

*Devem também ser realizados trabalhos adicionais para melhorar os instrumentos de monitorização através do desenvolvimento de indicadores sólidos baseados em modelos (por exemplo, sobre os limites do planeta ou a correlação entre sociedade, ambiente e economia) e modelos de avaliação integrada mais adequados para projeções e análise de cenários*¹⁹.

Recomendações

Neste contexto, os decisores políticos devem estar mais cientes e ser mais transparentes quanto às premissas subjacentes aos modelos que apoiam as suas decisões políticas, devendo promover a sua atualização de modo a refletir uma compreensão científica do risco, o respeito pelo valor das gerações futuras e a consideração da economia enquanto subsistema do nosso planeta.

Refletir a complexidade nos modelos

Um passo fundamental para a atualização da modelização, de modo a adequá-la a uma abordagem de economia do bem-estar, passa por basear cada avaliação do impacto na sustentabilidade nos resultados de vários modelos. Estes devem incluir uma diversidade de premissas subjacentes, a fim de *oferecer perspetivas e quadros alternativos que possam complementar as abordagens predominantes, proporcionando conhecimentos valiosos e uma compreensão mais abrangente dos impactos das políticas*²⁰.

Deve igualmente considerar-se a utilização de modelos e instrumentos mais desenvolvidos, capazes de captar melhor a complexidade das nossas sociedades. Tal inclui a integração de mecanismos de retroação ambientais e sociais na economia e a aplicação do princípio da precaução no âmbito da avaliação de riscos²¹. Tal como acontece com os indicadores, existe um vasto trabalho, anterior e atual, dedicado ao desenvolvimento de modelos que colocam a economia dentro dos limites planetários. Os exemplos vão do modelo utilizado em

Limits to Growth, em 1972²², do modelo Earth4All²³ e do modelo Eurogreen²⁴ até aos modelos de bem-estar, inclusão e sustentabilidade que estão atualmente a ser desenvolvidos no âmbito do projeto de investigação WISE Horizons²⁵..

A elaboração das políticas deve ter em conta estes modelos que fazem uma avaliação dos riscos de uma forma alinhada com a ciência do sistema terrestre para permitir a tomada de decisões informadas. As suas dinâmicas poderão também ser melhor integradas nos modelos existentes. Esta não é uma tarefa fácil, e o tempo e o orçamento constituem fatores limitativos; por conseguinte, devem ser atribuídos recursos adequados às direções-gerais pertinentes, tais como DG TRADE, DG AGRI, DG ENV, DG GROW, DG BUDG e DG CLIMA da Comissão Europeia.

Criar transparência e clareza

Sendo claro quanto ao que os modelos podem e não podem fazer, o processo de conceção das políticas deve integrar avaliações qualitativas, boas práticas e lições provenientes das ciências sociais²⁶ como complemento dos resultados obtidos através da execução dos modelos. Tal pode ser conseguido, por exemplo, através de exercícios de prospetiva. Estes exercícios podem ser concebidos para permitir a participação de grupos multidisciplinares de peritos com vista a verificar as premissas subjacentes, explorar potenciais riscos e consequências e identificar medidas de salvaguarda²⁷. A análise de decisão com vários critérios (ver instrumento n.º 62 do conjunto de instrumentos para legislar melhor²⁸) permite também avaliar uma variedade de critérios sem que seja necessário quantificá-los em valores monetários (tal como acontece na análise de custo-benefício), apresentando-os antes na respetiva unidade de medida.

Da mesma forma, a deslocação da mudança das prioridades para além dos fluxos monetários e dos indicadores económicos

enquanto determinantes dos resultados sociais pode reforçar a compreensão das interligações socioecológicas e económicas e resultar em conclusões diferentes sobre propostas políticas. Tomando como exemplo uma proposta política sobre a redução do tempo de trabalho²⁹, um modelo centrado no PIB e no rendimento disponível poderá concluir que a opção não é aconselhável, enquanto um modelo orientado para o bem-estar sustentável poderá chegar a uma conclusão diferente, o que permite explorar de forma mais eficaz vias independentes do crescimento económico rumo a uma economia do bem-estar.

Encontrar pontos de entrada políticos

Todas estas considerações relativas à integração dos aspetos ambientais, à pluralidade de modelos e à complementaridade de abordagens (quantitativas/qualitativas) podem ser promovidas, por exemplo, no contexto da revisão do quadro Legislar Melhor referido na secção anterior.

Em última análise, uma melhor modelização não constitui apenas uma solução técnica, é uma necessidade política. Os modelos que escolhermos determinarão se a Europa lidera o caminho na construção de uma economia sustentável e justa, ou se continuará a perseguir objetivos económicos ultrapassados, ignorando as crises que se desenrolam à nossa volta.



Notas finais

- 1 MIDAS. (8 de julho de 2024). Glossary Explanation of main concepts and content used in MIDAS. Retirado de Modelling Inventory and Knowledge Management System of the European Commission (MIDAS): <https://web.jrc.ec.europa.eu/policy-model-inventory/help/glossary/>
- 2 Ostlaender, N., Acs, S., Listorti, G., Hardy, M., Ghirimoldi, G., Hradec, J., & Smits, P. (2019). Modelling Inventory and Knowledge Management System of the European Commission (MIDAS). Luxemburgo: Centro Comum de Investigação (CCI).
- 3 Comissão Europeia. (2023). Conjunto de instrumentos para legislar melhor. Julho.
- 4 Comissão Europeia. (2021). Orientações para legislar melhor. Novembro.
- 5 MIDAS. (8 de julho de 2024). Glossary Explanation of main concepts and content used in MIDAS. Retirado de Modelling Inventory and Knowledge Management System of the European Commission (MIDAS): <https://web.jrc.ec.europa.eu/policy-model-inventory/help/glossary/>
- 6 Wiebe, K. S., Aponte, R. F., Kaufmann, R., & Lampropoulos, D. (2023). Review of macroeconomic approaches to modelling Wellbeing, Inclusion, and Sustainability. Versão final do relatório WISE Horizons Deliverable 1.2. WISE Horizons.
- 7 Van Eynde, R., Greenford, D. H., O'Neill, D. W., & Demaria, F. (2024). Modelling what matters: How do current models handle environmental limits and social outcomes? Journal of Cleaner Production.
- 8 Hristov, J., Toreti, A., Perez Dominguez, I., Dentener, F., Fellmann, T., Elleby, C., Ceglar, A., Fumagalli, D., Niemeyer, S., Cerrani, I., Panarello, L. and Bratu, M., (2020). Analysis of climate change impacts on EU agriculture by 2050. Luxemburgo: Centro Comum de Investigação (CCI).
- 9 Agência Europeia do Ambiente. (2024). Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 10 Ripple, W. J., Wolf, C., Gregg, J. W., Rockström, J., Mann, M. E., Oreskes, N., ... Crowther, T. W. (2024). The 2024 state of the climate report: Perilous times on planet Earth. Bioscience.
- 11 Schleussner, C. F., Ganti, G., Lejeune, Q., Zhu, B., Pfleiderer, P., Prütz, R., ... & Rogelj, J. (2024). Overconfidence in climate overshoot. Nature, 634(8033), 366-373.
- 12 Comunicado de imprensa sobre o relatório Planetary Solvency – finding our balance with nature. 16 de janeiro de 2025. Disponível em <https://actuaries.org.uk/news-and-media-releases/news-articles/2025/jan/16-jan-25-planetary-solvency-finding-our-balance-with-nature/>

- 13 Süsser, D., McGookin, C., McDowall, W., Lombardi, F., Braunreiter, L., & Bouzarovski, S. (2024). Rethink Energy System Models to Support Interdisciplinary and Inclusive Just Transition Debates. In A. C. (eds.), *Strengthening European Energy Policy - Governance Recommendations From Innovative Interdisciplinary Collaborations* (pp. 145-157). Cham, Suíça: Palgrave Macmillan.
- 14 Comissão Europeia. (2024). DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO, Impact Assessment Report, Part 1, accompanying the document *Securing our future - Europe's 2040 climate targets and path to climate neutrality by 2050 building a sustainable, just and prosperous society*, Estrasburgo.
- 15 Comissão Europeia. (2023). Conjunto de instrumentos para legislar melhor. Julho.
- 16 Trust, S., Saye, L., Bettis, O., Bedenham, G., Hampshire, O., Lenton, T. M., & Abrams, J. F. (2025). *Planetary Solvency – finding our balance with nature*. Global risk management for human prosperity. Institute and Faculty of Actuaries. <https://actuaries.org.uk/document-library/thought-leadership/thought-leadership-campaigns/climate-papers/planetary-solvency-finding-our-balance-with-nature/>
- 17 Centro Comum de Investigação. (sem data). Overview of EC models for SDGs. Retirado de SDGsKnow, Comissão Europeia: <https://knowsdgs.jrc.ec.europa.eu/models-overview>
- 18 Jacques, P., & Souffron, C. (2024). Open letter: The European Green Deal requires a renewed economic modelling toolbox.
- 19 Comissão Europeia. (2023). Relatório de Prospectiva Estratégica de 2023. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 20 Wiebe, K. S., Aponte, R. F., Kaufmann, R., & Lampropoulos, D. (2023). Review of macroeconomic approaches to modelling Wellbeing, Inclusion, and Sustainability. Versão final do relatório WISE Horizons Deliverable 1.2. WISE Horizons. P. 59.
- 21 Van Eynde, R., Greenford, D. H., O'Neill, D. W., & Demaria, F. (2024). Modelling what matters: How do current models handle environmental limits and social outcomes? *Journal of Cleaner Production*.
- 22 Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., & Behrens, W. (1972). *The Limits to Growth*. Nova Iorque: University Books.
- 23 Earth4All. (24 de junho de 2024). The Earth for All 2024 Survey Exploring global attitudes to political and economic transformation. <https://earth4all.life/global-survey-2024/>
- 24 D'Alessandro, S., Cieplinski, A., Distefano, T., & Dittmer, K. (2020). Feasible alternatives to green growth. *Nature Sustainability*, 329-335.
- 25 Wiebe, K. S., Aponte, R. F., Kaufmann, R., & Lampropoulos, D. (2023). Review of macroeconomic approaches to modelling Wellbeing, Inclusion, and Sustainability. Versão final do relatório WISE Horizons Deliverable 1.2. WISE Horizons.
- 26 Süsser, D., McGookin, C., McDowall, W., Lombardi, F., Braunreiter, L., & Bouzarovski, S. (2024). Rethink Energy System Models to Support Interdisciplinary and Inclusive Just Transition Debates. In A. C. (eds.), *Strengthening European Energy Policy - Governance Recommendations From Innovative Interdisciplinary Collaborations* (pp. 145-157). Cham, Suíça: Palgrave Macmillan.
- 27 Agência Europeia do Ambiente. (2024). «Future-proofing» the transition to sustainability: focus on policy assumptions and foresight. Copenhaga: Agência Europeia do Ambiente.
- 28 Comissão Europeia. (2023). Conjunto de instrumentos para legislar melhor. Julho.
- 29 Van Eynde, R., Greenford, D. H., O'Neill, D. W., & Demaria, F. (2024). Modelling what matters: How do current models handle environmental limits and social outcomes? *Journal of Cleaner Production*.

Desafios globais, soluções globais

O impacto externo da UE

5

Como referido anteriormente, a Agência Europeia do Ambiente (AEA) apelou a um aumento significativo do ritmo da ação ambiental da UE até 2030, em comparação com o ritmo da última década. Tomando como exemplo as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), e apesar dos progressos recentes, é necessária uma taxa anual de redução três vezes superior à da última década para que seja possível atingir as metas de redução de 55 % até 2030¹. A situação torna-se ainda mais complexa se adotarmos uma perspetiva global sobre o impacto da UE. Mas, por mais difícil que seja, é um exercício necessário: a tripla crise planetária é, por definição, um desafio global que exige soluções colaborativas a nível mundial.

Ao mesmo tempo, o atual contexto geopolítico constitui simultaneamente um desafio e uma oportunidade para a UE. O mundo está a entrar numa era marcada por uma concorrência mais intensa entre as potências mundiais. A capacidade de oferecer um modelo de parceria internacional convincente torna-se, por isso, ainda mais decisiva. Se a UE não intensificar a sua ação e não procurar ativamente uma alternativa distinta e atrativa, corre o risco de ser manietada ou marginalizada por abordagens transacionais e orientadas pelo poder. A UE não se pode permitir ser um ator passivo nesta nova ordem mundial. Deve definir e projetar uma visão estratégica que a torne um parceiro preferencial para países terceiros.

Situação atual

Dinâmicas de comércio complexas

O comércio é, frequentemente, apresentado como um instrumento, por vezes mesmo como

uma «varinha mágica», capaz de resolver várias questões políticas através do chamado «efeito de Bruxelas». Este conceito sugere que os parceiros mundiais tenderão a alinhar-se com os regulamentos da UE, nomeadamente as disposições em matéria de sustentabilidade e as normas laborais, para garantir o acesso ao mercado único europeu. No entanto, estas exigências são muitas vezes recebidas com resistência e encaradas de modo desfavorável pelos países que não pertencem à UE. A relação entre as políticas comerciais da UE e outras políticas com efeito extraterritorial, bem como a abordagem de economia do bem-estar, é, por conseguinte, muito mais complexa.

Para começar, a ligação entre comércio e progresso social e ambiental é bastante ambígua. Por um lado, o comércio pode promover a competitividade, permitindo a disseminação global de bens, serviços e tecnologias com menos emissões e, assim, contribuir para a redução das emissões. Por outro lado, aumenta as emissões de CO₂ resultantes do transporte e pode conduzir à fuga de carbono, quando a produção é deslocalizada para regiões onde as normas de sustentabilidade são menos rigorosas. Está amplamente documentado que os padrões de consumo da UE geram efeitos indiretos negativos significativos noutros países, excedendo amiúde os limites sustentáveis do planeta². Além disso, as políticas financeiras e macroeconómicas, como a concorrência fiscal e a transferência de lucros, também contribuem para estas externalidades. Este efeito indireto externo ocorre maioritariamente através do comércio, embora as políticas macroeconómicas e

financeiras (como a concorrência fiscal desleal ou a transferência de lucros) tenham igualmente um contributo negativo.

Existe também um debate aceso, que se prolonga há décadas, sobre se o comércio fomenta ou prejudica o progresso social, sobretudo em economias de baixo rendimento. Por um lado, o comércio gera atividade (e rendimentos) para os trabalhadores menos qualificados em economias emergentes, devido às exportações que exigem muita mão de obra. No entanto, uma maior exposição ao comércio livre exerce, a longo prazo, um efeito de bloqueio nestas estruturas económicas orientadas para exportações com baixo valor acrescentado, o que pode agravar a desigualdade salarial e dificultar o progresso social a longo prazo. Além disso, a concorrência de países com baixos salários exerce pressão sobre as estruturas sociais nas economias de elevado rendimento, onde a desigualdade salarial tende a aumentar paralelamente à participação nas cadeias de valor mundiais³.

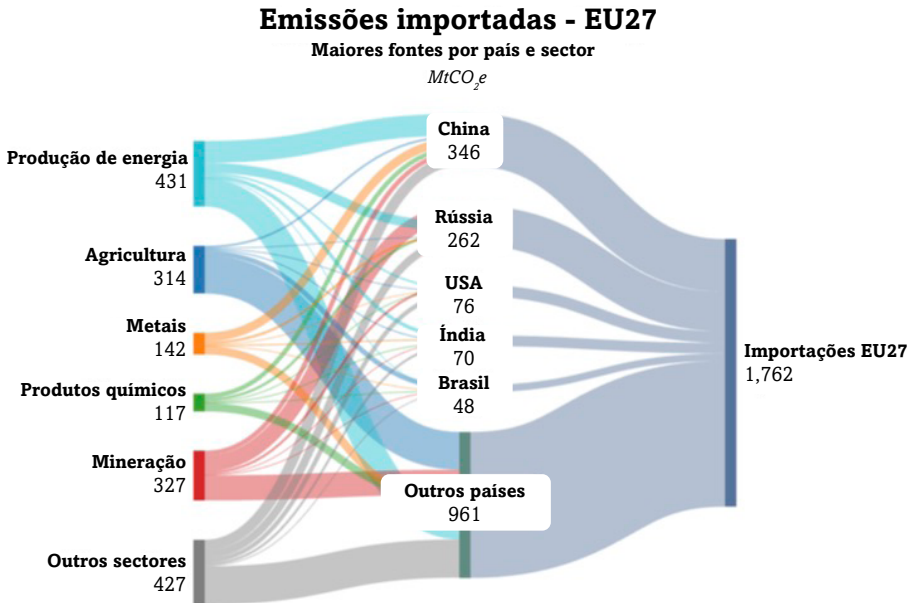
Emissões importadas

Estima-se que os países de elevado rendimento sejam responsáveis por impactos climáticos *per capita* dez vezes superiores aos dos países de baixo rendimento. As emissões importadas da UE representam quase metade do total das suas emissões, mas, no entanto, são muitas vezes negligenciadas^{4,5}.

Embora a UE tenha reduzido os impactos ambientais internos em 12 % entre 2010 e 2018, aumentando simultaneamente o produto interno bruto (PIB) em 23 % (aparentando uma dissociação absoluta), a sua pegada de consumo global aumentou 4 % entre 2010 e 2021. Tal indica apenas uma dissociação relativa, longe de estar alinhada com o objetivo de uma dissociação absoluta suficiente e, por isso, insuficiente para alcançar as suas metas ambientais.⁶

■ Observamos igualmente que não é possível quantificar plenamente diversos impactos importantes, como a perda de biodiversidade ou a exploração excessiva dos recursos, devido à falta de dados adequados (CCI, *ibid*). Neste sentido, é provável que o impacto da UE seja mais elevado do que o oficialmente reconhecido. Em qualquer caso, a UE é importadora líquida de impactos ambientais ocorridos em países terceiros.

Figura 2: emissões importadas – principais países e fontes setoriais da UE27 (2021, MtCO₂eq)



Fonte: Carbon 4 & ECF - Imported emissions: from co-dependence to co-operative action.

Além disso, o impacto externo, incluindo a identificação dos setores com maior impacto e a consideração das desigualdades entre países e dentro dos países, continua a ser extremamente difícil de medir, o que dificulta a conceção de opções políticas eficazes e inclusivas.

Existem debates quanto à identificação dos setores com maior impacto e, consequentemente, sobre a definição de uma resposta política coerente. O indicador de pegada de consumo do Centro Comum de Investigação, por exemplo, identifica o consumo alimentar, a habitação e a mobilidade como os principais fatores de impacto. No entanto, este indicador reúne 16 categorias de impacto ambiental (por exemplo, alterações climáticas, ecotoxicidade na água doce, impactos relacionados com a utilização dos solos, impactos relacionados com o uso da água, etc.) numa única pontuação ponderada. Entretanto, o Relatório Europeu sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2024 identifica os setores dos têxteis e do vestuário e da extração de gás como as principais áreas de impacto no que respeita apenas aos efeitos indiretos do comércio associados às emissões de GEE resultantes da procura da UE⁶ (a silvicultura, a exploração florestal e as culturas para produção de bebidas são referidas em primeiro lugar quanto ao impacto na desflorestação, enquanto os produtos alimentares surgem como segunda área de impacto no que se refere ao *stress* hídrico). Este último aspeto é coerente com conclusões recentes sobre as emissões importadas da UE, que identificam também a produção de energia, a agricultura e outros setores (incluindo o têxtil) como os principais contribuintes para as emissões importadas da UE.

Os esforços internacionais da UE em matéria de sustentabilidade

Reconhecendo o seu impacto a nível mundial, a UE procurou integrar a sustentabilidade nas políticas comerciais, nomeadamente através da revisão, em 2022, da sua Estratégia para o

Comércio e o Desenvolvimento Sustentável, concebida para melhorar as disposições em matéria de sustentabilidade incluídas nos acordos de comércio livre (ACL) da UE⁷, e do lançamento de iniciativas como o Programa Global Gateway, a abordagem Equipa Europa, bem como através de uma série de medidas de política interna⁸.

■ Por exemplo, entre outros, o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (na sua sigla em inglês, CBAM), a Diretiva Dever de Diligência das Empresas em matéria de Sustentabilidade (DDDES), o Regulamento Desflorestação (RD) da UE e o Regulamento Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis (ESPR).

No entanto, estes esforços também resultaram em impactos socioeconómicos não intencionais em países terceiros. As políticas autónomas da UE com alcance extraterritorial (designadas como «unilaterais» fora da União) desencadearam uma reação sem precedentes, devido aos custos de conformidade esperados e aos impactos nas condições de produção e fornecimento globais de determinados bens. Alguns governos (como os do Brasil, da Indonésia ou de Moçambique), empresas e organizações da sociedade civil mais afetados no Sul Global têm-se mostrado particularmente expressivos quanto à sua perceção negativa destes instrumentos.

Um desafio fundamental reside na incapacidade da UE em enquadrar a sua ação (económica) externa como parte de uma visão estratégica mais alargada. A atual estratégia externa da UE não está apta a promover uma transição coerente para uma economia do bem-estar que não consista numa simples transferência dos impactos sociais e ambientais prejudiciais para o resto do mundo.

Os esforços da UE enquanto doador

A UE reitera insistentemente que é, coletivamente (isto é, a UE em conjunto com os seus Estados-Membros), o maior doador de ajuda internacional no mundo. Tal ocorre num contexto em que a ajuda internacional proveniente de doadores oficiais, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), aumentou em 2023 para um novo máximo histórico de

223,7 mil milhões de USD, face a 211 mil milhões de USD em 2022⁸. A UE e os seus Estados-Membros são também os principais prestadores mundiais de APD em equivalente-subsvenção (metodologia na qual apenas os elementos de subvenção dos empréstimos são registados, em vez dos seus valores nominais totais). Em 2020, a UE desembolsou 66,8 mil milhões de EUR, 46 % do total mundial⁹.

No entanto, por detrás destes números positivos, subsiste uma realidade mais contrastante. Os países da OCDE fornecem, em média, 0,37 % do seu rendimento nacional bruto (RNB), bastante aquém da meta oficial de 0,7 % que foi inicialmente acordado pela UE e pelos membros da OCDE em 1970 e reiterado desde então¹⁰. A Noruega (1,09 %), o Luxemburgo (0,99 %), a Suécia (0,91 %), a Alemanha (0,79 %) e a Dinamarca (0,74 %) são, até à data, os únicos doadores que cumprem esse objetivo. A França, por exemplo, situou-se em 0,50 % em 2023, enquanto os Estados Unidos se situaram em 0,24 %. Além disso, é extremamente preocupante que muitos países, incluindo os maiores doadores (em valor absoluto ou em proporção do RNB), como a Alemanha, a Finlândia, a Suécia, os Países Baixos ou a França, estejam atualmente a reduzir os seus orçamentos de APD num contexto de pressão sobre as finanças públicas e de preocupação com a segurança¹¹.

Ventos políticos adversos

Para além das questões acima referidas, existem ventos políticos que dificultam um envolvimento mais forte e positivo da dimensão externa das políticas (comerciais) da UE. Se observarmos os desenvolvimentos recentes a nível da UE, refletidos no relatório Draghi¹², juntamente com as propostas de ajustamento carbónico fronteiriço analisadas nos EUA¹³ e no Reino Unido¹⁴, torna-se evidente que o atual debate político se afasta cada vez mais da sustentabilidade e das parcerias externas, aproximando-se antes de questões relacionadas com a competitividade nas cadeias de abastecimento mundiais.

O novo «Pacto da Indústria Limpa» da UE, por exemplo, visa permitir a implantação de tecnologias limpas na Europa por meio de um conjunto de novos subsídios industriais e regulamentos. Poder-se-ia argumentar que tal acabaria por criar oportunidades para as economias em desenvolvimento exportadoras, o que impulsionaria esta «aceleração» na UE. No entanto, no atual contexto político, poderá também existir a perceção de que a UE está a criar novos obstáculos comerciais (por exemplo, no que respeita ao conteúdo local ou restrições à importação), a fim de centrar os seus esforços nos processos de industrialização nacionais, sem ter em conta o impacto nos países exportadores, o que alimenta a preocupante tendência atual das grandes potências económicas de adotarem medidas comerciais industriais com maior efeito de distorção, separando ainda mais «o Ocidente e o resto do mundo».

A recente reeleição de Donald Trump nos EUA deverá agravar este cenário. Parece evidente que, num futuro previsível, os Estados Unidos irão enveredar por relações transacionais e bilaterais com países terceiros com base na força económica. A UE tem de intensificar a sua ação e oferecer alternativas credíveis, envolvendo-se em parcerias internacionais no palco multilateral, construídas com base na projeção de um futuro alternativo e desejável.

Recomendações

O ajustamento dos acordos comerciais ou a adaptação dos fluxos de ajuda de forma pontual não será suficiente. A UE tem de encetar uma mudança decisiva para um novo modelo de parceria económica internacional, que não se limite ao alinhamento regulamentar e que ofereça um projeto de cooperação verdadeiramente distinto e apelativo. Face aos desafios acima descritos, a UE tem de adotar uma abordagem mais justa, mais coerente e mais estratégica relativamente ao seu impacto económico e ambiental externo. Tal implica:

1. Tomar medidas para avaliar, reconhecer e dar resposta aos seus impactos sociais e ambientais externos;
2. Assumir a liderança climática no palco internacional;
3. Libertar-se de reflexos pós-coloniais e envolver-se de forma significativa com países terceiros com vista a desenvolver, em conjunto, prioridades políticas e estratégicas, associadas a financiamentos concretos e a novas formas de acordos bilaterais e multilaterais com os seus parceiros.

Colocar a justiça global e a inclusão no centro da conceção de políticas

Para uma concretização prática destas etapas, a UE tem de melhorar as métricas atuais utilizadas para avaliar o impacto externo das suas políticas, a fim de atenuar esse impacto na fase de conceção de políticas.

Acima de tudo, tal significa conceber métricas que façam uma avaliação correta do impacto externo da UE, identificando os setores com maior impacto para apoiar a elaboração de políticas pertinentes (apesar das dificuldades explicadas anteriormente).

A correta identificação do efeito extraterritorial das medidas europeias implica igualmente um foco na inclusão em todas as etapas de elaboração de políticas. Os países terceiros afetados têm de ter a oportunidade de participar e propor soluções para atenuar os impactos previstos antes da aplicação e imposição de uma política. Só assim a UE poderá compreender e refletir os interesses dos seus parceiros.

O papel dos ACL da UE também deve ser questionado neste contexto, sendo necessária a adoção de medidas concretas para garantir que estes não alimentam impactos ambientais e sociais prejudiciais. A UE deverá, em particular, reformar a forma como realiza as avaliações do impacto na sustentabilidade (AIS), tanto *ex ante* como *ex post*, dos seus ACL.

Fazemos aqui referência às recomendações que apresentámos em capítulos anteriores no sentido de introduzir uma diversificação e multiplicação dos modelos utilizados para realizar estas avaliações, complementados por análises qualitativas exaustivas, e de que ambos os processos integrem indicadores de uma economia do bem-estar. As AIS *ex ante* deverão depois assumir uma maior relevância na fase de negociação do ACL para garantir que os impactos identificados são tidos em conta no texto final acordado entre os parceiros. Tal poderia ser conseguido, por exemplo, através da introdução de disposições específicas no mandato de negociação conferido pelo Conselho da UE à Comissão, no sentido de realizar essas AIS exaustivas e integrar as suas conclusões no texto antes de se poder chegar a um acordo.

Diplomacia climática e colaboração internacional

As negociações climáticas constituem outra importante janela de oportunidade para a UE projetar confiança no palco multilateral e, consequentemente, desenvolver relações ambiciosas com países terceiros. As publicações previstas da proposta para uma meta climática para 2040 e de um contributo determinado a nível nacional (CND) atualizado, antes da COP30 da CQNUAC no Brasil, representam uma oportunidade para demonstrar seriedade na cena mundial. A UE pode demonstrar que está preparada para realizar internamente os esforços necessários para assumir a sua quota parte justa na luta global contra as alterações climáticas. Esses esforços devem articular-se com uma maior prioridade da UE em matéria de financiamento internacional da ação climática, apoiada pela contribuição significativa dos Estados-Membros em termos de APD nacional.

Alguns aspetos da Global Gateway da UE também deram frutos positivos e devem, por conseguinte, ser reforçados. Por exemplo, a Iniciativa para o Cacau Sustentável¹⁵, uma parceria com o Gana, a Costa do Marfim e

os Camarões, que foi estabelecida antes da aplicação do Regulamento Desflorestação (RD), contribuiu ativamente para a criação de confiança e para a transparência ao longo da cadeia de abastecimento do cacau, bem como para permitir que os intervenientes locais cumpram os requisitos da UE em questões como o trabalho infantil e a proteção e restauração das florestas. Outras iniciativas específicas demonstraram a sua eficiência, como as Parcerias para uma Transição Energética Justa ou a utilização da parceria existente entre a UE e Moçambique para acelerar o acesso dos produtores de alumínio moçambicanos a fontes de energia descarbonizadas no contexto do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) da UE, mas têm sido demasiado dispersas. Estas iniciativas devem ser prioritárias e reproduzidas noutros setores, em particular nos afetados por medidas da UE com impacto extraterritorial ou em países que têm um acordo bilateral celebrado com a UE.

Repensar o paradigma

Por último, deverão ser exploradas soluções sistémicas para além do paradigma tradicional de desenvolvimento, introduzindo-se uma quarta dimensão da justiça (para além das três dimensões referidas no capítulo 2): a justiça reparadora, que reconhece como as desigualdades do passado continuam a moldar as condições atuais e visa corrigir essas injustiças, oferecer soluções e promover a reconciliação¹⁶. A UE e os seus Estados-Membros devem considerar o cancelamento da dívida, nomeadamente para os «países menos desenvolvidos (PMD)» vulneráveis ao clima, com vista a aliviar o seu peso da dívida.

A UE deve ter como objetivo fundamental deixar aos países parceiros uma margem de manobra política e financeira que lhes permita prosseguir os seus próprios interesses estratégicos em matéria de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que alinha os valores e interesses da UE de modo a

impulsionar a sua própria transição para uma economia de bem-estar com emissões líquidas nulas¹⁷. A criação de novos tipos de colaboração é fundamental. Para o efeito, a UE tem de ultrapassar iniciativas fragmentadas e adotar uma abordagem construtiva, positiva e distinta no cenário internacional. O mundo não precisa de outro bloco comercial passivo ou de um interveniente reativo em matéria de política externa. Precisa de um interveniente disposto a colaborar com base em alternativas aos modelos económicos dominantes que sejam competitivas, sustentáveis e justas. Se a UE não adotar essa visão, corre o risco de perder influência num panorama geopolítico cada vez mais competitivo.



Notas finais

- 1 Comissão Europeia. (2024). Documento de trabalho dos serviços da Comissão, Impact Assessment Report, Part 1, accompanying the document «Securing our future – Europe's 2040 climate targets and path to climate neutrality by 2050 building a sustainable, just and prosperous society. Estrasburgo.
- 2 Sanyé Mengual E, Sala S. (2023). Consumption Footprint and Domestic Footprint: Assessing the environmental impacts of EU consumption and production. Life cycle assessment to support the European Green Deal, Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2023, doi:10.2760/218540, JRC128571
- 3 Consultar, por exemplo, Banco Mundial (2024). Trade and Development Chart: How participation in global value chains affects wage inequality; <https://blogs.worldbank.org/en/trade/chart--howparticipation-in-global-value-chains-affects-wageine>
- 4 Lafortune, G., Fuller, L., Kloke-Lesch, A., Koundouri, P., & Riccaboni, A. (2024). European Elections, Europe's Future and the Sustainable Development Goals. Europe Sustainable Development Report 2023/24. SDSN e SDSN Europe. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press. <https://doi.org/10.25546/104407>
- 5 Carbon 4 & ECF (2024). Imported emissions: from co-dependence to co-operative action. <https://www.carbone4.com/publication-imported-emissions>
- 6 Lafortune, G., Fuller, L., Kloke-Lesch, A., Koundouri, P., & Riccaboni, A. (2024). European Elections, Europe's Future and the Sustainable Development Goals. Europe Sustainable Development Report 2023/24. SDSN e SDSN Europe. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press. <https://doi.org/10.25546/104407> (tabela 10, página 26).
- 7 Blot, A. (2023). Reflections on the new approach to the TSD Chapters for greener trade. Instituto para uma Política Europeia do Ambiente (IPEA): https://ieep.eu/wp-content/uploads/2023/02/D14_D7.2_-_TSD-Review_Reflections-on-the-new-approach-to-the-TSD-Chapters-for-greener-trade_IEEP-2023.pdf
- 8 OCDE. (2024). The 0.7% ODA/GNI target – a history. <https://web-archiv.e.oecd.org/temp/2024-06-17/63452-the07odagnitarget-ahistory.htm>
- 9 Tagliapietra, S. (2021). The Global Gateway: a real step towards a stronger Europe in the world? <https://www.bruegel.org/blog-post/global-gatewayreal-step-towards-stronger-europe-world>
- 10 Ver OCDE: <https://www.oecd.org/en/topics/officialdevelopment-assistance-oda.html>
- 11 Bouissou, J., Boutelet, C., Ducourtieux, C., Hivert, A., & Kaval, A. (2024, December 6). Aide au développement: le grand repli européen. Le Monde.fr. https://www.lemonde.fr/economie/article/2024/11/14/aide-au-developpement-le-grand-repli-europeen_6392870_3234.html

- 12 «Given its high trade openness and dependence on imports ranging from raw materials to advanced technology, the EU will need to develop a genuine “foreign economic policy” that coordinates preferential trade agreements and direct investment with resource-rich nations, the building up of stockpiles in selected critical areas, and the creation of industrial partnerships to secure the supply chain of key technologies. The general objective of this project is to support the development of a coherent and ambitious external policy by the EU that takes into account the realities and strategic interests of its partners in the global south.» (p. 14 em Draghi, M. (2024) *The future of European competitiveness*. Disponível em: https://commission.europa.eu/document/download/97e481fd-2dc3-412d-be4cf152a8232961_en)
- 13 Clean Competition Act (2022)
<https://www.congress.gov/bill/117th-congress/senate-bill/4355>

Foreign Pollution Fee Act (2023),
<https://www.congress.gov/bill/118th-congress/senate-bill/3198/text>
- 14 Governo do Reino Unido, Ficha informativa do CBAM do Reino Unido, 2023
<https://www.gov.uk/government/consultations/addressing-carbon-leakage-risk-to-support-decarbonisation/outcome/factsheet-uk-carbon-border-adjustment-mechanism>
- 15 Iniciativa para o Cacau Sustentável, Comissão Europeia
- 16 Agência Europeia do Ambiente. (2024). Delivering justice in sustainability transitions, página 12, com referência a Forsyth, M., et al., 2022, *Environmental Restorative Justice: An Introduction and an Invitation*, em: *The Palgrave Handbook of Environmental Restorative Justice*, pp. 1 23, Springer International Publishing.

McCauley, D. and Heffron, R., 2018, Just transition: Integrating climate, energy and environmental justice, *Energy Policy*, 119
- 17 IEEP – Green Trade Network. (2024). Alternatives for a fair and sustainable partnership between the EU and Mercosur: scenarios and guidelines.
<https://ieep.eu/publications/study-alternatives-fora-fair-and-sustainable-partnership-between-theeu-and-mercosur-scenarios-and-guidelines/>

Transformar os principais agentes económicos

Finanças e empresas

6

Na sequência da alteração do equilíbrio político resultante das eleições europeias de 2024, as instituições da UE adotaram uma linguagem centrada na competitividade e na produtividade que pode correr o risco de se opor diretamente à transição para uma economia do bem-estar, caso seja interpretada de forma desatualizada. No entanto, conforme referido anteriormente, estes dois objetivos (competitividade e bem-estar) não são necessariamente incompatíveis, devendo, pelo contrário, ser entendidos como *meio e fim*¹.

Os incentivos macroeconómicos para a transição para uma economia do bem-estar são inequívocos. Os custos dos danos provocados pelas alterações climáticas já superam em seis vezes os custos da sua atenuação², e 50 % do produto interno bruto (PIB) e 40 % dos empregos a nível mundial dependem da natureza e de ecossistemas saudáveis^{3,4}.

Este capítulo analisa a forma como os setores financeiro e empresarial podem ser mobilizados na transição para uma economia de bem-estar na UE.

■ Mesmo que seja possível defender que, na realidade, a totalidade da nossa vida depende, por definição, da existência de um ambiente de vida digno.

Situação atual

Existe um desencontro entre o destino atual dos fluxos financeiros e os objetivos de prosperidade partilhada dentro dos limites planetários. Por um lado, continua a fluir demasiado dinheiro para atividades contraproducentes como, por exemplo, os combustíveis fósseis, tornando-se necessária uma reorientação urgente^{4,5}. Por outro lado, os fundos destinados a atividades que promovem uma economia do bem-estar na UE continuam a ser insuficientes.

Existem argumentos convincentes favoráveis à reversão deste quadro. Os custos económicos das alterações climáticas num cenário de manutenção das políticas atuais podem ascender a uma perda estimada de até 50 % do PIB entre 2070 e 2090⁶, enquanto uma atenuação das alterações climáticas rápida e ambiciosa poderia gerar enormes benefícios económicos (**ver Figura 3, página 54** que apresenta a variação percentual do rendimento líquido em diferentes cenários de alterações climáticas, em comparação com o custo de atenuação).

Em suma, é indiscutivelmente mais barato salvar o mundo do que destruí-lo. Para o efeito, é necessário aumentar, pelo menos, seis vezes, o investimento na atenuação a nível mundial⁷. Na UE, serão necessários cerca de 620 mil milhões de EUR em investimento anual adicional para cumprir os objetivos do Pacto Ecológico Europeu⁸. A Finance Watch assinala igualmente défices de financiamento gigantescos, entre 500 mil milhões e 1 bilhão de EUR por ano, apenas para a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, e insta os responsáveis políticos da UE a repensarem as regras financeiras e a analisarem possíveis vias de solução para evitar uma crise de investimento⁹.

Contudo, no atual contexto económico, as empresas continuam a enfrentar uma aparente tensão entre rentabilidade e sustentabilidade. Os interesses financeiros de curto prazo e a procura de crescimento constituem obstáculos para as empresas orientadas para a sustentabilidade¹⁰, assim como os modelos de negócio atualmente

dominantes e a concentração de poder de mercado nas mãos de poucos intervenientes. Por exemplo, Hinton¹¹ salienta que o objetivo de maximização do lucro, que motiva muitas empresas, gera ciclos de retroação de captura política, desigualdade e consumismo. Pode ainda ser apresentado um argumento mais lato contra o sistema financeiro e os modelos de negócio atuais que estão a «privatizar os benefícios e a socializar os custos», criando encargos adicionais sobre finanças públicas já de si pressionadas. Qualquer conceito de mudança sistémica deverá incluir uma partilha equitativa dos riscos e custos das atividades privadas que tenham um impacto negativo na sociedade como um todo¹².

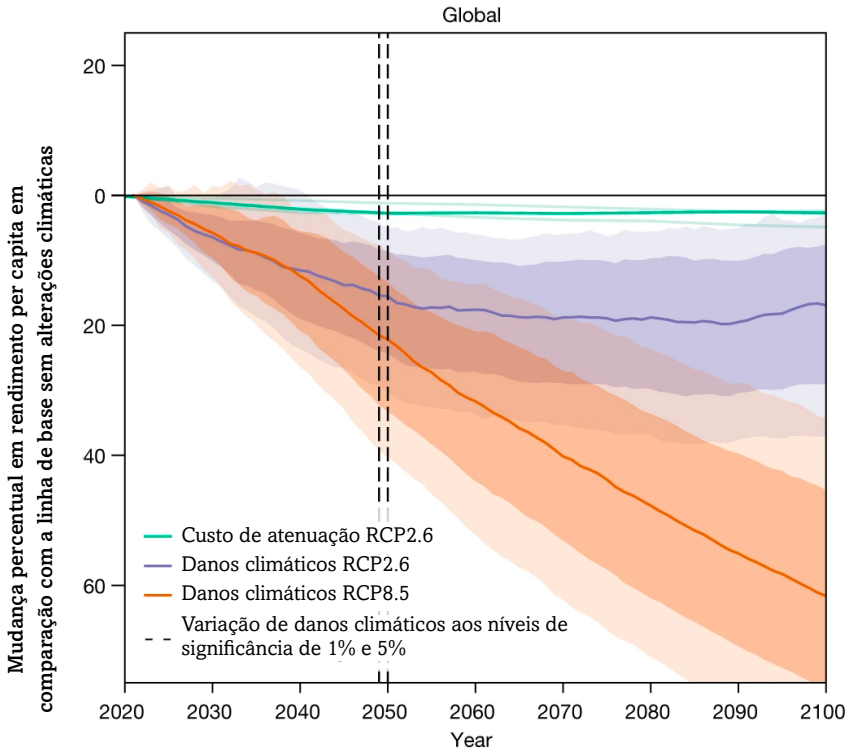
Por este motivo, novos intervenientes e grupos de reflexão no domínio da economia defendem

a reavaliação de aspetos fundamentais de conceção das empresas, de modo a promover mudanças sistémicas que reforcem o bem-estar e respeitem os limites planetários.

O Clube de Roma, por exemplo, identificou seis barreiras fundamentais à mudança¹³:

1. Um propósito inadequado no papel das finanças,
2. Noções restritas de valor no objetivo das finanças,
3. Quadros analíticos desatualizados que apoiam os instrumentos financeiros,
4. Modelos matemáticos incorretos nas metodologias financeiras (comparar com o capítulo sobre modelização),
5. Um modo de funcionamento passivo das autoridades financeiras,
6. Uma falta de finanças relacionais.

Figura 3: Danos climáticos expressos como variação do rendimento per capita em dois cenários de alterações climáticas, em comparação com o custo de atenuação



Fonte: Kotz, Levermann, and Wenz¹⁴ (Creative Commons Attribution 4.0 International License).

Estes elementos estão em linha com os obstáculos identificados pelo IPCC, incluindo a subestimação do risco financeiro relacionado com o clima, o enviesamento de curto prazo na tomada de decisões e a ausência de custos para os efeitos externos¹⁵.

O Doughnut Economics Action Lab identifica aspetos-chave que permitem alterar profundamente a conceção das empresas, de modo a torná-las regenerativas e distributivas *por natureza*. Estes aspetos são:

- Objetivo (passar de uma abordagem centrada no lucro para uma abordagem centrada no objetivo),
- Redes (passar de parcerias extrativas para parcerias colaborativas),
- Governação (passar de servir as finanças e os acionistas para servir o objetivo e as partes interessadas),
- Propriedade (passar de uma abordagem extrativa para uma abordagem generativa), e
- Finanças (passar de servir os retornos financeiros para servir o objetivo)¹⁶.

Se observarmos especificamente o contexto da UE, existem muitas iniciativas promissoras em curso que visam alinhar as empresas com os objetivos de uma economia do bem-estar. O quadro da UE para finanças e empresas sustentáveis inclui legislação relativa à divulgação de informações não financeiras, como a Diretiva Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD), a Diretiva Dever de Diligência das Empresas em matéria de Sustentabilidade (DDDES), rótulos e índices de referência ambientais, sociais e de governação (ASG), a Taxonomia da UE, que classifica as atividades consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental, e normas para as obrigações verdes^{17, 18}.

Infelizmente, e em total desrespeito pelo interesse não só dos cidadãos como também dos operadores privados, a integridade destas leis está a ser posta em causa com recurso a uma legislação *omnibus* (ou

seja, um instrumento concebido para «simplificar» ou diluir legislação já adotada). Vários intervenientes influentes, incluindo Estados-Membros como a França, exerceram pressão para reverter estes atos legislativos fundamentais, apesar do apelo de mais de 160 organizações da sociedade civil (OSC)¹⁹ e de diversas empresas privadas (incluindo a Nestlé, a Ferrero e a Primark)²⁰ no sentido de preservar o quadro legislativo, tendo em conta a clareza necessária para que as empresas adaptem as suas operações e tomem decisões de investimento.

Recomendações

Embora os regulamentos de referência acima mencionados estejam concebidos para reduzir o impacto ambiental dos principais operadores privados (caso sejam efetivamente aplicados), existe uma necessidade adicional de soluções sistémicas por parte das autoridades públicas para contrariar as dinâmicas insustentáveis para as quais contribuem o funcionamento e a conceção atuais do setor financeiro e empresarial.

As negociações no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2027 da UE e para o sucessor do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) atingirão o seu auge em 2025 e 2026. Estas negociações constituem a principal janela de oportunidade para apoiar a transição para uma economia do bem-estar através do orçamento e do plano de despesas da UE. A implementação de ambos os quadros de financiamento deve, em seguida, ser alvo de um acompanhamento adequado através do Semestre Europeu e dos planos orçamentais-estruturais nacionais de médio prazo (PMP).

É importante que as pessoas, os grupos ou as regiões que sejam negativamente afetados pelas diversas transformações sejam, quando necessário, compensados através dos fundos de coesão da UE.

As reformas nos Estados-Membros, bem como a nível internacional, serão fundamentais para apoiar estes esforços, uma vez que o orçamento da UE, por si só, não será suficiente para efetuar as mudanças necessárias. Devem ser implementadas soluções como, por exemplo, impostos sobre a riqueza e sobre os lucros dos combustíveis fósseis e o reforço da cobrança fiscal, a fim de mobilizar fundos públicos.

Estas novas capacidades financeiras da UE e nacionais devem depois ter por objetivo redirecionar investimentos de políticas e projetos que sejam prejudiciais do ponto de vista ecológico ou social para atividades que promovam o bem-estar, através de uma reforma dos critérios utilizados para avaliar e condicionar o financiamento. No capítulo 3, analisámos pormenorizadamente o tipo de indicadores que seria possível desenvolver e como estes poderiam ser integrados na elaboração, execução e acompanhamento das políticas da UE. A orientação dos investimentos com base em critérios ou condicionantes ambientais e sociais deve ser objeto de uma ampla integração que deverá englobar os processos de contratação pública. A revisão prevista da Diretiva da UE relativa aos contratos públicos, em particular, deve ser aproveitada como uma oportunidade para integrar critérios de bem-estar sustentável e inclusivo (SIWB) na avaliação das propostas²¹.

O atual sistema económico está centrado no interesse financeiro privado de curto prazo, enquanto os impactos sociais e ambientais ficam a cargo das autoridades públicas, o que cria um encargo adicional sobre finanças públicas já de si pressionadas. Assim, o quadro da UE para finanças e empresas sustentáveis constitui um instrumento essencial para travar atividades económicas prejudiciais e promover atividades benéficas, devendo ser reforçado.

A UE e os Estados-Membros devem igualmente implementar medidas que procurem facilitar a transição de empresas privadas

convencionais para entidades da economia social. São necessárias estratégias abrangentes para a criação de quadros que apoiem entidades da economia social que não visem acima de tudo a maximização do lucro, mas sim a geração de resultados positivos para a sociedade. Para garantir a competitividade destes modelos de negócio emergentes e preparados para o futuro, serão necessárias condições de igualdade para as empresas sustentáveis, assim como alterar as estruturas de incentivos de mercado e financeiros, alterações essas que podem ser apoiadas pelas políticas da UE. Tal inclui a criação e o alargamento das formas jurídicas das empresas nos Estados-Membros²². O Clube de Roma propõe também «uma estratégia coletiva abrangente e um regime financeiro que mobilize o poder transformador e inovador das pessoas e das empresas»²³. As medidas de apoio poderiam incluir ambientes financeiros, administrativos e jurídicos favoráveis, que considerem as características específicas dos modelos de negócio em termos de governação, distribuição de lucros, condições laborais e impacto.

Para concluir, as finanças públicas e privadas sustentam a transição para uma economia do bem-estar, tanto em termos de alinhamento com os limites planetários como em termos de garantia dos aspetos de equidade nos domínios processual, distributivo e participativo da justiça. Os fluxos financeiros devem, por isso, apoiar e não prejudicar o nosso objetivo comum.



Notas finais

- 1 Hivilammi, T., Rannikko, A., Brosio, M., Gran, C., Grossi, T., Brady, D., . . . Kilpi, J. (15 de outubro de 2024). MERGE. Retirado de Productivity for what? Why sustainable and inclusive wellbeing must take center stage in Europe: <https://mergeproject.eu/productivity-for-what/>
- 2 Kotz, M., Levermann, A., & Wenz, L. (2024). The economic commitment of climate change. *Nature*, 551-557.
- 3 Organização Internacional do Trabalho (2018). *World Employment and Social Outlook 2018: Greening with jobs*.

Comissão Europeia: Direção-Geral da Estabilidade Financeira, dos Serviços Financeiros e da União dos Mercados de Capitais, Cziesielski, M., Dekker-Hufler, C., Pal, T., Nicholls, G., Petsinaris, F., Korteweg, L., Obersteiner, M., & Khabarov, N. (2024). Study for a methodological framework and assessment of potential financial risks associated with biodiversity loss and ecosystem degradation: final report, Serviço das Publicações da União Europeia. <https://data.europa.eu/doi/10.2874/30768>
- 4 SEI; Climate Analytics; E3G; IISD; UNEP. (2023). The Production Gap: Phasing down or phasing up? Top fossil fuel producers plan even more extraction despite climate promises. Instituto do Ambiente de Estocolmo.
- 5 Kreibieh, S. T. (2022). Capítulo 15: Investment and finance. In IPCC, 2022: *Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Reino Unido e Nova Iorque: Cambridge University Press.
- 6 Institute and Faculty of Actuaries. (2025). Planetary Solvency—finding our balance with nature. Global risk management for human prosperity. <https://actuaries.org.uk/document-library/thoughtleadership/thought-leadership-campaigns/climatepapers/planetary-solvency-finding-our-balance-with-nature/>
- 7 Programa das Nações Unidas para o Ambiente (2024). *Emissions Gap Report 2024: No more hot air... please! With a massive gap between rhetoric and reality, countries draft new climate commitments*. Nairobi. <https://doi.org/10.59117/20.500.11822/46404>
- 8 Comissão Europeia. (2023). *Relatório de Prospetiva Estratégica de 2023*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- 9 Philipponnat, T. (2024). Europe's coming investment crisis - What if capital markets could only meet a third of Europe's essential funding needs? Finance Watch.
- 10 Bell, M., & Roussou, A. (2024). A new economy - Exploring the root causes of the polycrisis and the principles to unlock a sustainable future. Ernst & Young.
- 11 Hinton, J. (2020). Fit for purpose? Clarifying the critical role of profit for sustainability. *Journal of Political Ecology*, 236-262

- 12 Partelow, S., Abson, D.J., Schlüter, A., Fernández-Giménez, M., von Wehrden, H. and Collier, N. (2019) «Privatizing the commons: New approaches need broader evaluative criteria for sustainability», *International Journal of the Commons*, 13(1), p. 747-776. Disponível em: <https://doi.org/10.18352/ijc.938>
- 13 Jess, T., Blom, P. & Dixon-Decléve, S. (2023). From financing change to changing finance.
- 14 Kotz, M., Levermann, A., & Wenz, L. (2024). The economic commitment of climate change. *Nature*, 551-557.
- 15 Kreibiehl, S. T. (2022). Capítulo 15: Investment and finance. In IPCC, 2022: Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Reino Unido e Nova Iorque: Cambridge University Press.
- 16 Sahan, E., Sanz Ruiz, C., K, R., van Winden, W., & van den Buuse, D. (2022). What Doughnut Economics means for business: Creating enterprises that are regenerative and distributive by design. Doughnut Economics Action Lab e Centro para Transformações Económicas, Universidade de Ciências Aplicadas de Amesterdão
- 17 Comissão Europeia. (sem data). Overview of sustainable finance. Retirado de Comissão Europeia: https://finance.ec.europa.eu/sustainable-finance/overview-sustainable-finance_en#the-eu-sustainable-finance-framework
- 18 Comissão Europeia. (sem data). Sustainability, due diligence, responsible business. Retirado de Comissão Europeia: https://commission.europa.eu/business-economy-euro/doing-business-eu/sustainability-due-diligence-responsible-business_en
- 19 OSC. (2025). Joint statement on omnibus: Omnibus proposal will create costly confusion and lower protection for people and the planet. [https://documentation.lastradainternational.org/Isidocs/3592-Jont%20Statement%20Omnibus%20-%20January%202025%20\(1\).pdf](https://documentation.lastradainternational.org/Isidocs/3592-Jont%20Statement%20Omnibus%20-%20January%202025%20(1).pdf)
- 20 Business views on the EU omnibus proposal. (17 de janeiro de 2025). Business & Human Rights Resource Centre. <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/business-letter-omnibus/>
- 21 CEE Bankwatch Network, Climate Action Network (CAN) Europe, Counterbalance, Federação Sindical Europeia dos Serviços Públicos (EPSU), Confederação Europeia de Sindicatos (CES), Finance Watch, FiscalMatters, New Economics Foundation (NEF), Reuse and Recycling European Union Social Enterprises (RREUSE), Social Platform, & Transport & Environment. (2024). VITAL CONDITIONS TO SUPPORT BUSINESSES TOWARDS A STRONGER, FAIRER AND MORE SUSTAINABLE ECONOMY. https://7a3bb38b-2515-4c21-b3a1-f77864d728a1.usfiles.com/ugd/7a3bb3_edf084989341419ca754f4ec44a32537.pdf
- 22 Bartl, M., Claassen, R., & van der Horst, N. (2024). Livro Branco: Sustainable by design - Industrial policy for long-term competitiveness in the EU. Amsterdam Centre for Transformative Private Law.
- 23 Jess, T., Blom, P., & Dixon-Decléve, S. (2023). From financing change to changing finance.

Posfácio

por Antoine Oger (Diretor Executivo do IPEA)
e Laurent Standaert (Diretor do GEF)

O ponto de partida desta publicação é o facto de a economia da UE estar, em última instância, inserida em sistemas culturais e sociais que, por sua vez, são subsistemas da biosfera terrestre. Como observa Fullerton¹, «a história da teoria económica não encerra [portanto] com Keynes e Hayek». Pelo contrário, temos de ser mais críticos, mais sistémicos e mais ousados. Uma economia do bem-estar responde a esta necessidade. Visa oferecer qualidade de vida às pessoas, ao mesmo tempo que recoloca a nossa economia dentro dos limites planetários.

Perante a tripla crise planetária, a esperança reside na natureza criativa da humanidade e na capacidade coletiva da nossa espécie para repensar e melhorar. Os consideráveis progressos realizados nas ciências naturais e sociais já nos dotaram de conhecimentos e instrumentos que nos permitem avançar no rumo certo. Contudo, a aplicação desses conhecimentos está significativamente atrasada. Obstruída por lógicas do curto prazo e visões limitadas sobre o funcionamento e a evolução das nossas economias, a agenda da economia do bem-estar não se materializou em termos práticos. Esta conclusão é reforçada pela dependência de trajetórias relacionadas com a forma como medimos a prosperidade e projetamos as opções políticas.

Este contexto esconde não só a necessidade, mas também a enorme oportunidade para a Europa ser pioneira numa abordagem de bem-estar para a sua economia. A UE pode encontrar na agenda do bem-estar uma estratégia e um quadro adequados para

enfrentar os riscos socioecológicos associados à tripla crise planetária, promover a equidade e avançar para uma estratégia económica centrada na qualidade. Esta agenda pode orientar uma política e um investimento sustentáveis e transformadores, que vão para além da resposta a crises sucessivas. Com base na experiência dos últimos cinco anos, marcados pela pandemia de COVID-19, pelas crises energéticas e pelo aumento do custo de vida, e no início do novo mandato, os líderes da UE têm a oportunidade de formular uma proposta que responda efetivamente às expectativas dos seus cidadãos.

A nossa publicação constitui um apelo à ação dirigido aos decisores políticos da UE, de todos os quadrantes do espectro político, instando-os a aproveitar os próximos anos decisivos para garantir o bem-estar das gerações atuais e futuras do nosso planeta. Tal exige uma liderança corajosa para ir além dos interesses instalados no *status quo* e desafiar as dinâmicas de poder que atualmente o mantêm para e, acima de tudo, construir alternativas. Muitos dos elementos já existem e estão prontos para serem implementados e acelerarem a mudança de paradigma emergente. Os capítulos anteriores propõem recomendações estratégicas aos decisores políticos da UE para que, ao serviço das pessoas, transformem estes elementos em ações nos próximos anos.

Em última análise, o objetivo desta publicação é demonstrar que uma economia do bem-estar não é uma utopia abstrata, mas uma resposta estratégica às lições do passado e à necessidade de segurança a longo prazo.

Num mundo cada vez mais marcado pela rivalidade entre grandes potências, a melhor aposta da Europa não é ficar presa entre blocos rivais, mas traçar um caminho próprio que dê prioridade à segurança e à proteção num sentido mais amplo. Afinal, o que é a segurança se não a saúde das pessoas, a resiliência do nosso ambiente, a força dos sistemas educativos e a garantia de um futuro seguro e estável?

Notas finais

- 1 Fullerton, J. (2015). Regenerative Capitalism - How Universal Principles and Patterns Will Shape Our New Economy. Capital Institute the Future of Finance.

Sobre os autores:

Emma Bergeling é Analista Júnior de Políticas, Clima e Economia Circular, no Instituto para uma Política Europeia do Ambiente (IPEA)

Antoine Oger é Diretor Executivo do Instituto para uma Política Europeia do Ambiente (IPEA)

Taube Van Melkebeke é Chefe de Políticas da Green European Foundation (GEF)

A tradução para o português foi realizada pela Green European Foundation, com o apoio do Instituto José Tengarrinha, e com o apoio financeiro do Parlamento Europeu à Green European Foundation.

Uma economia europeia do bem-estar

O Tratado da União Europeia define que «a União tem por objetivo promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos». A UE deu passos importantes nesta direção, nomeadamente ao abrigo do Pacto Ecológico Europeu. Contudo, a atual tripla crise planetária exige esforços adicionais. Trata-se não só de um imperativo ambiental, mas de uma necessidade fundamental para a resiliência económica, estabilidade e segurança.

Uma abordagem de economia do bem-estar pode dar resposta a estas necessidades. Configura-se como uma agenda realista e pragmática, que reconhece a necessidade de prosperidade, não no sentido limitado do crescimento do PIB, mas através de um modelo que valoriza o bem-estar, a sustentabilidade e a resiliência. Esta publicação propõe recomendações estratégicas aos decisores da UE, para que, ao serviço das pessoas, transformem esta agenda, já largamente desenvolvida, em ações concretas.

Contacte-nos:



GREEN EUROPEAN FOUNDATION

Green European Foundation
Rue de Kiem 96, 8030 Strassen
Luxemburgo

Escritório de Bruxelas: Mundo Madou
Avenue des Arts 7-8
1210 Bruxelas, Bélgica

info@gef.eu

Ligue-se a nós:

Visite o nosso sítio Web para saber
mais sobre nós



www.gef.eu



[GEF_Europe](https://twitter.com/GEF_Europe)



[GreenEuropeanFoundation](https://www.facebook.com/GreenEuropeanFoundation)



[GEF_Europe](https://www.instagram.com/GEF_Europe)



[Green European Foundation](https://www.linkedin.com/company/Green-European-Foundation)